

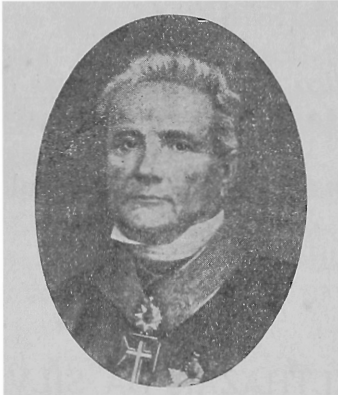
## II

# OS LENTES E OS PROFESSORES CATHEDRATICOS

1827

## I. CONSELHEIRO DR. JOSÉ MARIA DE AVELLAR BROTERO

Nasceu em Lisbôa, aos 17 de fevereiro de 1798, filho de Manoel Ignacio de Avellar Brotero, que foi governador do districto de Quilimane, do governo geral de Moçambique, e capitão general do exercito portuguez, e de D. Maria Mamede de Avellar Brotero. Estudou em Coimbra, onde obteve o grau de bacharel em direito. Envolvendo-se numa conspiração anti-miguelista, em 1824, refugiou-se na ilha do Fayal, no archipelago dos Açores, e alli casou com D. Anna Dabney, nascida em Paris, mas de nobre familia ingleza, de Boston.



*Conselheiro Dr. José Maria de Avellar Brotero*

Veu, em 1825, para o Rio de Janeiro, onde abriu banca de advogado, conseguindo, pela Carta Imperial de 12 de outubro de 1827, ser nomeado o primeiro professor do Curso Juridico de São Paulo, do qual tambem foi secretario, até 1836, e, muitas vezes, director interino. Nelle proferiu a sua lição inaugural em 1 de março de 1828.

Recebeu o grau de doutor em direito em 16 de setembro de 1831 e os titulos de Commendador da Ordem de Christo e de Conselho.

Foi professor durante quarenta e quatro annos, pois que se jubilou em 22 de novembro de 1871, de modo que, quasi durante meio seculo, a sua vida se entremeiou com a da Faculdade de Direito, á qual prestou serviços assignalados, que não podem ser deslembados, sem embargo de

ter o seu compendio, elaborado para os estudantes, *Principios de Direito Natural*, provocado a critica mais acerba, a ponto da Commissão de Instrucção Publica da Camara dos Deputados, em 1830, ter apresentado parecer, que foi approvedo, concluindo por que não fosse admittido no curso juridico “devendo-se ensinar o direito natural por outro compendio, que melhor desempenhe a materia”.

Publicou, depois, as *Questões sobre as Presas Maritimas*, de que se tiraram duas edições, uma em 1836 e outra em 1863.

Falleceu em 17 de fevereiro de 1878.

Publicou outros livros:

— *Principios de direito publico universal; analyse de alguns paragraphos de Wattel*. São Paulo, 1837, 80 pags. in 8.º.

— *Philosophia do direito constitucional*. São Paulo, 1868, 166 pags. in 4.º

---

## 2. CONSELHEIRO DR. BALTHAZAR DA SILVA LISBÔA

Filho de Henrique da Silva Lisbôa e irmão mais moço do Dr. José da Silva Lisbôa, Visconde de Cayrú, nasceu o Dr. Balthazar da Silva Lisbôa na Bahia, aos 6 de janeiro de 1761. Feitos os primeiros estudos, seguiu para Portugal a expensas do bispo D. Pereira Coutinho, frequentando a Universidade de Coimbra e doutorando-se, em 1783, em direito civil e canonico. Logo após á sua formatura, foi incumbido pelo governo portuguez de examinar as minas de chumbo de Coja e as de carvão de Buarcos, sobre as quaes parece ter deixado duas memorias, que nunca vieram á publicidade.

Nomeado juiz de fôra de Barcellos, não accitou o cargo, vindo, no emtanto, exercer as mesmas funcções no Rio de Janeiro, durante nove annos. Foi presidente da

Camara Municipal. Occupou outros cargos, em Portugal e no Brasil, como o de ouvidor de Ilhéos, na Bahia, e o de desembargador da Relação da Côrte.

Soffreu algumas perseguições do vice-rei, marquez de Rezende, sendo accusado de oppôr-se á constituição das côrtes portuguezas e, mais tarde, de ser contrario á independencia de sua patria.

Por decreto de 12 de outubro de 1827, foi nomeado lente cathedratico, com assento na segunda cadeira do segundo anno do Curso de São Paulo. Tinha, pois, 66 annos. Vindo para São Paulo, inaugurou, em 3 de março de 1829, a cadeira de direito ecclesiastico publico, de que foi o primeiro professor. Velho e doente, pretendeu, a principio, morar no predio do Curso Juridico, onde, por falta de casas na cidade, já residiam muitos estudantes. Mas foi morar no mosteiro de São Paulo. Não podendo, entretanto, supportar o clima paulista e nem a campanha que lhe moveu o professor Avellar Brotero, demittiu-se. Exonerado, por decreto de 12 de outubro de 1830, regressou para o Rio de Janeiro, onde passou a advogar, dedicando-se a estudos historicos, e onde falleceu aos 14 de agosto de 1840.

Foi commendador da Ordem de Christo, do Conselho do Imperador, socio da Academia Real de Sciencias de Lisbôa, membro do Historico e Geographico do Rio de Janeiro.

Obras publicadas:

— *Discurso historico, politico e economico dos progressos e estado actual da philosophia natural portugueza, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil*, 1786.

— *Memoria topographica e economica da comarca de Ilhéos*.

— *Memoria sobre a provincia da Bahia, sua descoberta, povoação e governo*.

— *Descripção das arvores de construcção pelos seus caracteres botanicos*.

— *Memoria acerca da abertura de uma estrada pela costa, desde a villa de Valença da Bahia até o rio Doce*, 1808.

— *Memoria sobre as matas da comarca de Ilhéos, córtes das madeiras estabelecidas em diversos logares*.

— *Principios de physica vegetal para servir de preli-  
minar ao estudo dos córtes de madeira*.

— *Riquezas do Brasil em madeiras de construcção e  
carpintaria*, 1823.

— *Oração*, recitada na aula do Curso Juridico, no  
convento de S. Francisco, na imperial cidade de S. Paulo,  
por occasião do anniversario do nascimento de Sua Mage-  
stade Imperial o Snr. D. Pedro I. Rio de Janeiro, 1828.

— *Falla do Conselheiro Balthazar da Silva Lisbôa, na  
abertura de sua aula, em 3 de março de 1829*. Rio de  
Janeiro, 1829.

— *Annaes do Rio de Janeiro*, em sete tomos, con-  
tendo a descoberta e a conquista do Rio de Janeiro, a  
sua fundação, historia civil e ecclesiastica, até a vinda de  
D. João VI, com varias theorias sobre a origem dos pri-  
mitivos povos da America, estudos zoologicos, botanicos  
e biographicos. 1834 a 1835.

— *Apontamentos para a historia ecclesiastica do Rio  
de Janeiro*, 1840.

---

## 1828

### 3. PADRE DR. ANTONIO MARIA DE MOURA

Irmão de Frei Arsenio da Natividade Moura, nasceu  
o Padre Dr. Antonio de Moura em Sabará, na provincia  
de Minas Geraes. Paulista, segundo uns; fluminense no  
sentir de outros, recebeu ordens de presbytero secular e  
diplomou-se *in utroque juris* na Universidade de Coimbra.

Nomeado, por decreto de 17 de julho de 1828, lente  
da primeira cadeira do segundo anno do Curso de Scien-  
cias Juridicas e Sociaes de Olinda, não tomou posse.

Por decreto de 7 de julho de 1829, foi nomeado lente cathedratico e tomou posse da primeira cadeira do segundo anno do Curso Juridico de São Paulo, direito natural publico, analyse da Constituição do Imperio, direito das gentes e diplomacia, em continuação das materias, ensinadas, no primeiro anno, pelo Dr. Avellar Brotero, com quem logo teve um attricto, por motivo do compendio que deveria ser adoptado. Por decreto de 7 de agosto de 1831, foi-lhe designada a segunda cadeira do quinto anno, theoria e pratica do processo, adaptado ás leis do Imperio.

“Em todas as disciplinas em que doutrinou”, são palavras do Dr. J. L. de Almeida Nogueira, “revelou-se o Padre Moura lente consciencioso e illustrado. Estudava as prelecções e fazia-se ouvir com agrado pelos discipulos. Era, em summa, um talentoso e erudito mestre, possuidor da ultima palavra da sciencia juridica da epoca”

Foi, por decreto de 31 de outubro de 1833, nomeado Director do Curso Juridico, interinamente; mas logo pediu exoneração desse cargo e do de lente cathedratico.

De 1830 a 1837, representou a provincia de Minas Geraes na Assembléa Geral, tomando parte activa na famosa questão do celibato clerical, ao lado dos padres Diogo Antonio Feijó e Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel.

Recebeu, em 1834, o grau de doutor em direito e, por decreto de 26 de setembro desse mesmo anno, foi, novamente, nomeado lente cathedratico regendo a mesma cadeira do quinto anno, á qual deu grande brilho.

Falleceu em 12 de março de 1842, deixando ineditas as suas *Instituições de Direito Ecclesiastico*.

Nomeado bispo da diocese do Rio de Janeiro, não teve a sua nomeação confirmada pelo papa Leão XII, por motivo de suas doutrinas religiosas.

---

#### 4. DR. LUIZ NICOLAU FAGUNDES VARELLA

Natural da Provincia do Rio de Janeiro, foi avô do grande poeta, que lhe repetiu o nome. Formou-se em leis pela Universidade de Coimbra e foi um dos deputados eleitos pela provincia do Rio de Janeiro ás Côrtes Geraes de Lisbôa (1821 a 1823).

Foi nomeado lente cathedratico, e tomou posse da segunda cadeira do quinto anno do Curso Juridico de S. Paulo, por decreto de 22 de julho de 1828, de theoria e pratica civil, “percebendo os vencimentos de substituto até se verificar o exercicio do cargo”.

Por decreto de 30 de setembro de 1828, foi nomeado secretario do Curso Juridico, cargo que exerceu até janeiro de 1831.

Falleceu, no exercicio do cargo de lente cathedratico, em 1831.

---

### 1829

#### 5. DR. CARLOS CARNEIRO DE CAMPOS (Visconde de Caravellas)

Seus traços biographicos se encontram paginas atraz, como director, que foi, do Curso Juridico de São Paulo. Sua nomeação para lente cathedratico de economia politica resultou do decreto de 9 de fevereiro de 1829.

---

#### 6. DR. JOSÉ JOAQUIM FERNANDES TORRES

Nasceu na freguezia do Furquim, termo de Marianna, na provincia de Minas Geraes, aos 17 de abril de 1797.

Por decreto de 21 de fevereiro de 1829, foi nomeado lente cathedratico de direito criminal e theoria do processo criminal, segunda cadeira do terceiro anno. Tomou posse e exerceu o cargo até 1833, quando d'elle se exonerou.

Em 1848, foi escolhido senador.

Vice-presidente da provincia de Minas, em 1862 e 1863, presidente da de São Paulo em 1857, fez parte do gabinete de 3 de agosto de 1866.

Falleceu aos 24 de dezembro de 1896.

---

## 7. DR. PRUDENCIO GIRALDES TAVARES DA VEIGA CABRAL

Nasceu em Cuyabá, provincia de Mato Grosso, aos 26 de abril de 1800, filho de Joaquim Giraldes Tavares da Veiga Cabral e de D. Anna Thereza de Jesus. Começou os estudos de humanidades na Bahia, terminando-os em Lisbôa e matriculando-se, em 1817, na Universidade de Coimbra, onde se formou em leis, em 1822.

Juiz de fôra, em 1823, da villa e depois cidade do Rio Grande do Sul, ouvidor da comarca do Ceará, auditor geral do exercito do sul, estacionado em Montevidéo, da provincia Cisplatina, foi, em 1829, desembargador da Relação do Maranhão.

Por Carta Imperial de 6 de abril de 1829, foi nomeado lente cathedratico de direito civil patrio, primeira cadeira do terceiro anno do Curso Juridico de São Paulo. Tomou posse em 16 de junho de 1830.

Por acto de 24 de março de 1831, foi nomeado secretario interino, cargo que exerceu até 30 de junho de 1834, quando foi nomeado director interino, no qual permaneceu até 5 de dezembro de 1835.

Em virtude do decreto n.º 34, de 16 de setembro de 1834, a Congregação lhe conferiu o grau de doutor em direito.

Jubilou-se por decreto de 22 de janeiro de 1861 e, no anno seguinte, falleceu nesta capital.

Deixou um livro:

— *Direito Administrativo*. Editora, a Livraria Laemert. Rio de Janeiro, 1859.

---



1830

## 8. CONSELHEIRO DR. THOMAZ JOSÉ PINTO DE CERQUEIRA

Natural da freguezia de São Martinho de Mosellos, comarca da Feira, nas cercanias do Porto, em Portugal, nasceu Thomaz José Pinto de Cerqueira em 8 de julho de 1805. Vindo creança para o Brasil, regressou para a sua terra natal, onde frequentou a Universidade de Coimbra, na qual se formou em leis, em 1828.

Por carta imperial de 1 de março de 1830 foi nomeado lente cathedratico de direito ecclesiastico, segunda cadeira do segundo anno do Curso Juridico de São Paulo. Exerceu o seu cargo durante quatro annos, pois que por Carta Imperial de 29 de abril de 1834 lhe foi concedida a exoneração, que pediu.

Transferiu-se para a Côrte, onde abriu banca de advogado.

Occupou varios cargos. Foi vereador da Camara Municipal do Rio de Janeiro, e deputado geral em 1851, depois de ter sido, em 1850, director geral dos Correios. Collaborou, com Bernardo Pereira de Vasconcellos, no *Sete de Abril*, do qual foi director. Redigiu, tambem, o *Echo do Rio* e a *Sentinella da Monarchia*.

Teve os titulos do Conselho de Sua Magestade o Imperador, de dignatário da Ordem da Rosa, de Official da Legião de Honra, da Ordem italiana de São Mauricio e São Lazaro.

Falleceu em Paquetá, aos 18 de junho de 1885.

Obras publicadas.

— *Codigo do Processo Criminal*.

— *Tratado Regular e Pratico dos Testamentos e Successões*, de Gouvêa Pinto, quinta edição revista e augmentada.

---

## 9. DR. JOÃO CANDIDO DE DEUS E SILVA

Natural do Pará. Nasceu em 11 de março de 1787 e recebeu o grau de doutor em direito da Universidade de Coimbra.

Foi deputado geral pelo Pará na primeira legislatura, de 1826 a 1829 e, nas eleições para deputado às Côrtes Geraes de Lisbôa, em 1821, empatara com o bispo D. Romualdo, a quem a sorte favoreceu.

Por decreto de 30 de outubro de 1830, foi nomeado lente cathedratico de direito civil patrio, primeira cadeira do terceiro anno do Curso Juridico de São Paulo. Lecionou apenas um anno, pois exonerou-se em 17 de março de 1831.

Seguiu, depois, a carreira da magistratura e chegou a desembargador da Relação do Maranhão, cargo em que se aposentou.

Falleceu em Nictheroy em 8 de agosto de 1860.

---

## 1831

## 10. CONSELHEIRO DR. CLEMENTE FALCÃO DE SOUZA

Filho do capitão Pedro Jorge de Souza e de D. Maria do Amparo de Jesus, nasceu aos 23 de novembro de 1798, na freguezia de Bom Jardim, na provincia de Pernambuco, onde estudou humanidades. Dizem as chronicas que teria recebido as primeiras ordens sacras e, mesmo, que era frade egresso. Nada de positivo, todavia, a respeito.

Seguindo para a França, matriculou-se na Universidade de Paris, frequentada, então, por Carlos Carneiro de Campos, Montezuma e outros brasileiros que se tornaram notaveis na politica e nas letras. Recebeu o grau de bacharel em leis em dezembro de 1828, o de licenciado em 10 de maio de 1830 e logo o de doutor.

Vindo para o Brasil, foi, por decreto de 5 de novembro de 1830, nomeado lente substituto do Curso Juridico de São Paulo, tomando posse em 10 de dezembro daquelle anno. Por decreto de 20 de abril de 1831, foi nomeado lente cathedratico de direito mercantil e maritimo, segunda cadeira do quarto anno. Exercendo a advocacia, logo conquistou grande nomeada, sobretudo na tribuna criminal. Como politico, filiou-se ao partido conservador. Com Joaquim José Pacheco, dirigiu o periodico *Phenix*, de 1838 a 1841.

Exerceu, interinamente, o cargo de secretario do Curso Juridico, de 24 de março a 4 de outubro de 1831 e de maio a junho de 1832. Nomeado director interino, por decreto de 22 de abril de 1839, em 31 de maio se exonerou.

Teve assento na Assembléa Provincial de São Paulo, no biennio de 1844-45. Recebeu do governo imperial o officialato da Ordem da Rosa e, em 1856, o titulo de Conselho, obtendo permissão para continuar leccionando, visto ter completado, no anno anterior, vinte e cinco annos de magisterio superior. Era de uma assiduidade ferrea e, no trato com os estudantes, aspero e rispido.

Foi jubilado por decreto de 20 de agosto de 1864.

Falleceu em 28 de abril de 1868.

---

## 1834

### II. CONSELHEIRO PADRE DR. MANOEL JOAQUIM DO AMARAL GURGEL

Lente cathedratico, por decreto de 14 de janeiro de 1834, foi, mais tarde, director e entre os directores se encontram os seus traços biographicos.

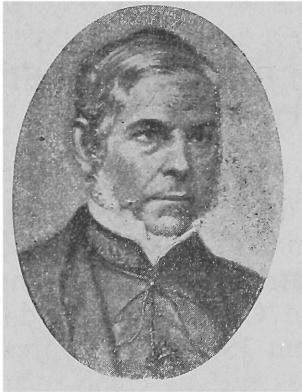
---

## 12. CONSELHEIRO PADRE DR. VICENTE PIRES DA MOTTA

Tambem entre os directores se encontra a sua biographia, pois tendo sido nomeado lente cathedratico, por decreto de 27 de maio de 1834, director veiu a ser.

## 13. CONSELHEIRO DR. MANOEL DIAS DE TOLEDO

Filho de André Dias de Aguiar, nasceu aos 23 de abril de 1802 na Villa de Porto Feliz, na provincia de São Paulo. Matriculou-se no Curso Juridico em 1828 e recebeu o grau de bacharel em 1832. Approvado em defesa de theses, foi o primeiro alumno do Curso Juridico que recebeu o grau de doutor, em 1833.



*Conselheiro Dr. Manoel Dias de Toledo*

Nesse mesmo anno foi, por decreto de 12 de outubro, nomeado lente substituto, tomando posse a 15 da cadeira, que já regia interinamente, por nomeação da Congregação, desde 1 de fevereiro desse anno, a de direito ecclesiastico. Por decreto de 23 de janeiro de 1834, foi nomeado lente cathedratico de direito criminal e processo criminal, segunda cadeira do terceiro anno, que leccionou durante trinta e seis annos.

Em 1859, recebeu o titulo de Conselho.

Foi jubilado por decreto de 26 de outubro de 1870.

Depois de jubilado, exerceu o cargo de director da Penitenciaría de São Paulo, que deixou quando falleceu, em 6 de março de 1874.

De 1834 a 1837, teve assento no conselho geral do governo da provincia de São Paulo, da qual foi presidente de 1835 a 1837.

Em 1836, presidiu a provincia de Minas Geraes.

Deputado geral por São Paulo, nas legislaturas de 1838 a 1841, foi reeleito em 1842, mas a Assembléa foi dissolvida. Foi deputado provincial na primeira, segunda, terceira, quarta e sexta legislaturas.

Obras publicadas:

— *Licções Academicas sobre Artigos do Codigo Criminal*, editadas por seu discipulo Manoel Januario Bezerra Montenegro.

— *Anotações aos Elementos do Processo Civil*, do tenente general Arouche Rendon.

— *Relatorios*, como director da Penitenciaria de S. Paulo.

#### 14. MONSENHOR DR. ANACLETO JOSÉ RIBEIRO COUTINHO

Fluminense, nascido na então villa de S. Salvador dos Campos, no anno de 1800, filho de Joaquim Teixeira de Figueiredo Coutinho e de D. Anna Maria da Conceição.



Monsenhor Dr. Anacleto  
José Ribeiro Coutinho

Matriculou-se no primeiro anno do Curso Juridico de S. Paulo em 1829. Era já presbytero, mas trajava como secular. Approvado com a nota plena em todo o curso, recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 1833 e, no anno seguinte, defendeu theses. Foi approved e recebeu o grau de doutor em direito em 10 de março de 1834. Entrou em concurso, neste mesmo anno, para lente substituto, sendo nomeado por decreto de 20 de junho. E, ainda no mesmo

anno, por decreto de 10 de outubro, foi nomeado lente cathedratico de direito ecclesiastico, segunda cadeira do segundo anno, da qual tomou posse em 31 do mesmo mez.

Foi jubilado por decreto de 1 de junho de 1859.

No quadriennio de 1853 a 1857, foi eleito vereador e, como o mais votado, presidente da Camara Municipal de São Paulo. Em 1852, foi nomeado vigario geral do bispado, recebendo, pouco depois, de sua santidade Pio IX o titulo de Camarista Honorario do Habito Roxo.

Depois da sua jubilação, retraiu-se completamente da vida publica, passando a exercer as funcções de capellão do Recolhimento de Santa Thereza.

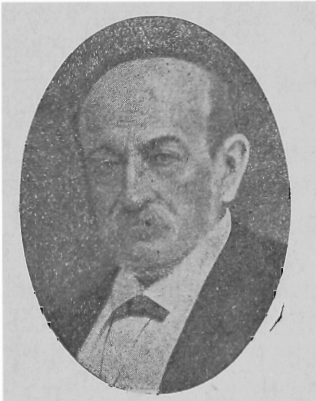
Falleceu em São Paulo aos 10 de setembro de 1881.

---

## 1842

### 15. CONSELHEIRO DR. JOSÉ IGNACIO SILVEIRA DA MOTTA

Nasceu aos 15 de fevereiro de 1807, na Villa Bôa de Goyaz, filho do desembargador Joaquim Ignacio Silveira da Motta e de D. Anna Luiza da Gama. Fez os



Conselheiro Dr. José Ignacio  
Silveira da Motta

seus primeiros estudos em Lisboa. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1829. Talento superior, de aptidão quasi encyclopedica, orador, jornalista, fundou, quando terceiro annista, *O Federalista*, e, quando quinto annista, com Francisco Bernardino Ribeiro e Carlos Carneiro de Campos, a Sociedade *Philomatica*, de cuja revista foi redactor. Formado em 1833, defendeu theses no anno seguinte, em

14 de março de 1834. Simplificado, ainda no mesmo anno,

inscreveu-se em concurso para lente substituto. **Appro-**vado, foi nomeado por decreto de 20 de junho de 1834. Tomou posse e recebeu o grau de doutor em 29 de agosto desse mesmo anno. Nomeado cathedratico, por decreto de 2 de setembro de 1842, substituiu ao Padre Dr. Antonio Maria de Moura na cadeira de theoria e pratica do processo. Exerceu, em 1852, o cargo de director da Instrucção publica em São Paulo. Foi deputado provincial de São Paulo, provincia pela qual foi eleito deputado geral na oitava e na nona legislaturas de 1850 a 1852 e de 1853 a 1856.

Creada a cadeira de direito administrativo, com o decreto de 28 de abril de 1854, foi para ella removido, installando o seu curso no anno seguinte.

Senador do Imperio pela provincia de Goyaz, em 1855, pediu jubilação, que lhe foi concedida, pelo decreto de 31 de maio de 1856, e passou a residir no Rio de Janeiro, onde falleceu aos 15 de outubro de 1893.

Teve os titulos de Conselho e de Official da Ordem da Rosa.

Seu filho, Arthur Silveira da Motta, foi o intrepido Almirante e Barão de Jaceguay.

---

1854

## 16. CONSELHEIRO DR. JOÃO CHRISPINIANO SOARES

Nasceu na freguezia da Conceição dos Guarulhos, no municipio de São Paulo, aos 24 de julho de 1809, filho do major José Soares de Camargo e de D. Ignez Joaquina de Oliveira.



*Conselheiro Dr. João Chrispiniano Soares*

Pobre e desprotegido, occupou o lugar de porteiro do Conselho Geral da Provincia, de onde passou a porteiro da Secretaria do Governo.

Matriculou-se no Curso Juridico em 1830 e recebeu o grau de bacharel em dezembro de 1834. Defendeu theses e recebeu o grau de doutor em 1835.

Em 1836 exercia, interinamente, o cargo de Procurador Fiscal do Thesouro, quando foi nomeado lente substituto do Curso Juridico, por decreto de 23 de abril. Tomou posse a 5 de maio.

Em 1845, quando vereador e presidente da Camara Municipal de São Paulo, e Inspector interino da Fazenda, foi eleito deputado provincial. Deputado geral por Matto Grosso, na setima legislatura e, na decima terceira, por São Paulo. Presidiu a provincia de Matto Grosso em 1854; a de Minas Geraes, em 1863; a do Rio de Janeiro, em 1864, dalli se transferindo para a de São Paulo.

Foi condecorado official da Ordem da Rosa.

Por decreto de 8 de julho de 1854, foi nomeado lente cathedratico de direito romano, segunda cadeira do primeiro anno, da qual tomou posse em 31 do mesmo mez. Aos 20 de agosto inaugurou o seu curso, com um discurso monumental pela eloquencia e pela erudição. Foi



um dos mais notáveis professores de direito que o Brasil já produziu.

Foi eleito deputado geral na sétima legislatura e titular do Conselho em 1861.

Foi jubilado por decreto de 22 de agosto de 1871

Falleceu em São Paulo aos 15 de agosto de 1876.

---

**17. CONSELHEIRO DR. JOAQUIM IGNACIO  
RAMALHO (Barão de Ramalho)**

Como director, que foi, da Faculdade de Direito de São Paulo, os seus traços biographicos foram dados no capitulo em que dos directores se tratou.

---

**1856**

**18. CONSELHEIRO DR. FRANCISCO MARIA DE  
SOUZA FURTADO DE MENDONÇA**

Nasceu aos 18 de setembro de 1812, em Loanda, na Africa, filho do magistrado portuguez Francisco Xavier Furtado de Mendonça.

Vindo creança para o Brasil, adquiriu a nacionalidade brasileira e em São Paulo estudou humanidades. Matriculou-se no Curso Juridico em 1831, mas perdeu o anno, vindo a matricular-se, de novo, em 1834. Quando ainda estudante do quinto anno, foi nomeado, por portaria de 18 de janeiro de 1838, official guarda livros do Curso Juridico. No mesmo anno se bacharelou. Defendeu theses em 1839 e, por decreto de 6 de outubro desse mesmo anno, foi nomeado lente substituto. Tomou posse a 6 de novembro e recebeu o grau de doutor. Por decreto de 31 de maio de 1856, foi nomeado lente cathedratico de

direito administrativo, terceira cadeira do quinto anno, tomando posse a 2 de junho seguinte.

Exerceu o cargo de bibliothecario interino, de 7 de junho de 1848 até 10 de julho de 1849, data em que foi effectivado no cargo.

Desde 1851 desempenhou o cargo de chefe de policia da Capital de São Paulo, que exerceu por largo tempo e no qual se celebrizou. Residiu na chacara dos Ingлезes, na rua que hoje tem seu nome, em frente ao actual largo de São Paulo.

Recebeu o titulo de Conselho.

Foi jubilado por decreto de 4 de novembro de 1882.

Falleceu nesta capital no dia 3 de maio de 1890.

Obras publicadas:

— *Repertorio Geral das Leis do Brasil*, 5 vols., desde 1808 até 1862.

— *Excerpto de Direito Administrativo Patrio*, para servir de compendio no quinto anno da Faculdade de Direito.

— *Conselheiro Fiel do Povo*.

— *Tratado de Testamentos*, de Gouvêa Pinto, que annotou.

— *Codigo do Processo Criminal*, annotado.

1858

19. CONSELHEIRO DR. LUIZ PEDREIRA DO  
COUTO FERRAZ (Visconde do Bom Retiro).

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, aos 7 de maio de 1818, filho do desembargador Luiz Pedreira do Couto Ferraz e de D. Guilhermina Amelia Corrêa Pedreira.



*Conselheiro Dr. Luiz Pedreira do  
Couto Ferraz*

Matriculado, em 1834, no primeiro anno do Curso Juridico de S. Paulo, recebeu o grau de bacharel em 1838. Defendeu theses e recebeu o grau de doutor em 1839 e, no mesmo anno, por decreto de 26 de outubro, foi nomeado lente substituto. Tomou posse aos 6 de novembro.

Em 1846, foi eleito deputado provincial no Rio de Janeiro e seu vice-presidente, depois presidente da provincia do

Espirito Santo e official da Ordem da Rosa.

Representou a provincia do Espirito Santo na setima e na oitava legislaturas e a do Rio de Janeiro na nona, decima e decima primeira.

Em 1848, foi nomeado presidente da provincia do Rio de Janeiro.

Em 1850, recebeu o titulo de Conselho.

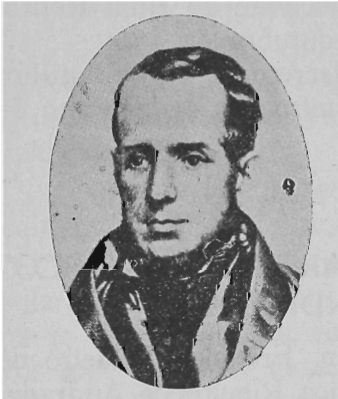
Ministro do Imperio em 1853, em 1858 foi nomeado inspector da Caixa de Amortisação e, nesse mesmo anno, lente cathedratico de economia politica da Faculdade de Direito de São Paulo, cadeira que permutou com a de direito natural, do Conselheiro Carrão, autorizado pelo aviso de 29 de outubro de 1859. Em 1859, foi nomeado consultor da secretaria de Estado do Imperio e, em 1861, da secretaria de Estado da Agricultura, tendo, em 1860, sido

nomeado official da Ordem do Cruzeiro. Teve o titulo de barão e, em 1877, o de visconde do Bom Retiro.

Jubilou-se em 1868. Era membro effectivo do Conselho de Estado.

## 20. CONSELHEIRO DR. JOÃO DA SILVA CARRÃO

Natural de Curitiba, então da provincia de São Paulo, nasceu aos 14 de maio de 1810. Era filho de Antonio José da Silva Carram. Quando estudante do quinto anno,



Conselheiro Dr. João da Silva  
Carrão

e por portaria de 13 de janeiro de 1837, foi nomeado official guarda livros interino do Curso Juridico de São Paulo, no qual se bacharelou, nesse mesmo anno. No anno seguinte, em 1838, defendeu theses, mas foi approvedo simplesmente, o que não o desanimou e elle se apresentou em concurso com o dr. Gabriel Rodrigues dos Santos. Mas o concurso foi annullado. Em 1843, fez novo concurso, na vaga aberta por morte do Padre Moura, cathedratico de processo civil e criminal. Substituiu o dr. Francisco Bernardino Ribeiro na direcção d'*O Novo Farol Paulistano*, até 1837. Em 1844 fundou *O Americano* e, em 1849, redigiu *O Ypiranga*, organo do partido liberal, fundado pelo brigadeiro Raphael Tobias de Oliveira.

Deputado provincial nas legislaturas de 1842-43, 1848-49, 1856-57, 1860-61, 1862-63, 1868-69, coube-lhe, muitas vezes, a presidencia da Assembléa Provincial. Tomou assento na Assembléa Geral em 1842 e na sexta, setima, decima, undecima, duodecima, decima terceira e decima setima legislaturas.

Em 1846, foi nomeado Cavalleiro da Ordem de Christo.

Governou a provincia do Pará, de 27 de outubro de 1857 a 24 de maio de 1858 e a de São Paulo, de 3 de agosto de 1865 a 3 de março de 1866, tendo, antes, occupado a pasta da Fazenda no gabinete de 12 de maio de 1865, presidido pelo Marquez de Olinda. Mas foi ministro pouco tempo.

Por decreto de 14 de setembro de 1858, foi nomeado lente cathedratico de direito natural, primeira cadeira do segundo anno, da qual tomou posse em 1 de maio de 1859, passando-se para a de economia politica, mercê de permuta feita com o Dr. Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, autorizado pelo avisos de 29 de outubro de 1859.

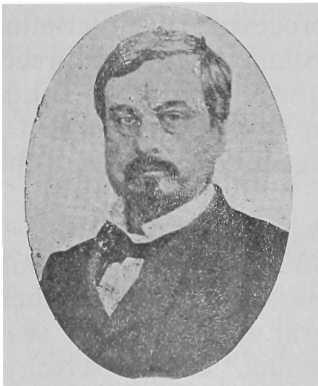
Jubilou-se, neste cargo, por decreto de 29 de outubro de 1881 e falleceu no Rio de Janeiro aos 4 de junho de 1888.

---

## 1859

### 21. CONSELHEIRO DR. MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA.

Filho do Conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada e de D. Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada, nasceu em 1 de junho de 1825, em Mussidan, na França, durante o exilio de seu pae.



*Conselheiro Dr. Martim Francisco  
Ribeiro de Andrada*

Bacharelou-se, em 1845, no Curso Juridico de São Paulo, sendo no anno seguinte nomeado promotor publico de São Paulo, e depois juiz municipal de Ytú. Condecorado com o titulo da Ordem da Rosa, em 1846. Em 1850, foi eleito deputado provincial de São Paulo. Em 1852, defendeu theses e recebeu o grau de doutor. Foi eleito deputado geral por São Paulo, na nona e na decima legislaturas.

Por carta imperial de 8 de julho de 1854, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo, e, por decreto de agosto de 1859, lente cathedratico da segunda cadeira do segundo anno, direito ecclesiastico, da qual tomou posse no dia 20. Transferiu-se, por permuta com o arcipreste Dr. João Jacintho Gonçalves de Andrade, para a primeira cadeira do primeiro anno, direito natural, por decreto de 12 de junho de 1880. Neste mesmo anno foi eleito deputado geral por São Paulo.

Jubilou-se por decreto de 13 de maio de 1881.

Falleceu em São Paulo em 2 de março de 1886.

Quando moço, em 1845, compoz um drama, *Januario Garcia*, ou *Sete Orelhas*, que fez successo na epoca. Quando representado em Piracicaba, serviu de ponto Prudente de Moraes.

Publicou um livro de poesias, *Lgrimas e sorrisos*, contendo traducções de Lamartine e Musset.

Ministro dos Extrangeiros, em 1866, salientou-se pela carta que escreveu a Laboulaye e outros, comprometendo o governo brasileiro a tratar da libertação dos escravos logo que terminasse a guerra com o Paraguay, prestando os mais relevantes serviços ao paiz na phase aguda da guerra. Estadista de grande e patriotica dedicação.

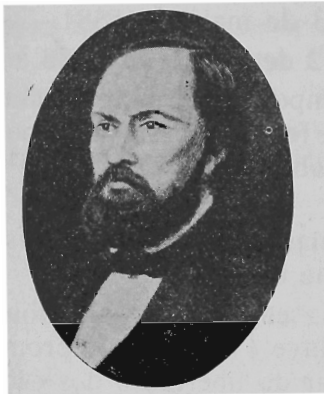
Era senhor da tribuna.

---

1860

## 22. CONSELHEIRO DR. ANTONIO JOAQUIM RIBAS.

Nasceu no Rio de Janeiro, aos 3 de maio de 1819, filho de Antonio Joaquim de Macedo.



*Conselheiro Dr. Antonio Joaquim Ribas*

Ao matricular-se no primeiro anno do Curso Juridico de São Paulo, em 1835, trazia solido preparo, como discipulo dilecto de Julio Franck, com quem estudou philosophia, litteratura, latim, grego, inglez e allemão.

Bacharelou-se em 1839 e, em 1840, defendeu theses, sendo simplificado.

Vagando, no Curso Anexo ao Curso Juridico a cadeira de Historia Universal, com a morte de Julio Frank, offereceu-se para regel-a.

Acceito o offerecimento pelo governo, entrou em exercicio em 1 de julho de 1841, sendo nomeado cathedratico por decreto de 18 de março de 1842.

Por decreto de 1 de julho de 1854, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo. Tomou posse em 28 do mesmo mez. No mesmo anno foi eleito deputado provincial em São Paulo.

Em 1860, foi eleito vice-presidente da Assembléa Provincial de São Paulo, e nomeado lente cathedratico de direito civil, por decreto de 2 de outubro. Tomou posse em 30 daquelle mez.

Substituindo o Conselheiro Silveira da Motta na regencia da cadeira de direito administrativo, ganhou logo grande reputação. Era, no dizer de J. L. de Almeida Nogueira, "lente completo. Methodico e claro na expo-

sição, profundo nas investigações, criterioso nos conceitos, logico e agudo na critica, invencivel na argumentação”.

Commendador da Ordem da Rosa, teve o titulo de Conselho.

Jubilou-se por decreto de 23 de fevereiro de 1870, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde abriu escriptorio de advocacia.

Falleceu em Petropolis aos 22 de fevereiro de 1890.

Obras publicadas:

— *Curso de Direito Civil Brasileiro*, já em quatro edições, approved para compendio nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife.

— *Direito Administrativo Brasileiro*. Obra premiada e approved pela Resolução Imperial de 9 de fevereiro de 1861 para uso das aulas das Faculdades de Direito do Recife e São Paulo. F. L. Pinto & Cia., editores. Rio de Janeiro, 1866.

— *Da Posse e das Acções Possessorias segundo o Direito Patrio comparado com o Direito Romano e o Canonico*. Obra classica no assumpto. Teve duas edições. A segunda é de Miguel Melillo & Cia, São Paulo, 1901.

— *Consolidação das Leis do Processo Civil*, de que existem varias edições, tendo sido adoptada como lei processual em varios Estados.

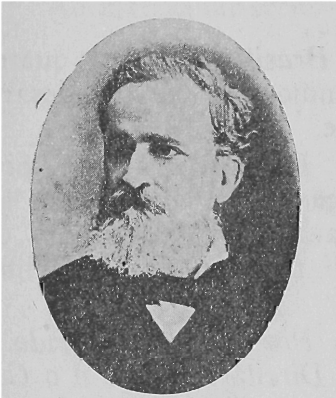
---



1861

23. CONSELHEIRO DR. JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA, O MOÇO.

Filho do Senador Martim Francisco de Andrada e de D. Gabriella Frederica Ribeiro de Andrada, nasceu em Bordeaux, a 8 de novembro de 1827



*Conselheiro Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço.*

Matriculando-se no primeiro anno do Curso Juridico de São Paulo em 1849, bacharelou-se em 1853.

Por decreto de 1 de julho de 1854, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito de Recife, de onde se transferiu para a Faculdade de Direito de São Paulo, por decreto de 6 de maio de 1858, com a jubilação de Carneiro de Campos. Tomou posse em 14 de junho do mesmo anno.

Em 1860, foi eleito deputado provincial de São Paulo e, no mesmo anno, deputado geral por esta mesma provincia.

Por decreto de 17 de agosto de 1861, foi nomeado lente cathedratico de direito civil, primeira cadeira do terceiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo, da qual tomou posse em 23 de setembro. Passou, em 1870, a reger a cadeira de direito criminal, mercê de permutas feitas com os drs. João Theodoro e Justino de Andrade, ficando aquelle com a de direito natural e este com a de direito civil.

Em 1862, foi ministro da Marinha; e, em 1880, Senador do Imperio.

Jubilou-se, no cargo de lente cathedratico, por decreto de 29 de outubro de 1881.

Falleceu aos 26 de novembro de 1886.

Politico, orador eloquentissimo, poeta, em tudo foi grande. Neto e sobrinho de José Bonifacio, o Patriarcha

da Independencia, soube manter o seu glorioso nome envolto em aureola de immenso prestigio.

No mesmo anno em que a Faculdade de Direito de São Paulo festejou o centenario da lei de sua fundação, commemorou o do nascimento de José Bonifacio, o Moço, em sessão solenne em que produziram notaveis orações os professores J. J. Cardoso de Mello Neto e Afranio Peixoto.

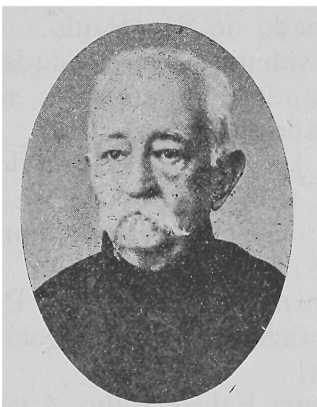
A antiga rua do Ouvidor, de São Paulo, na qual residiu por longos annos, passou a ter seu nome, mercê de resolução da Camara Municipal, em sessão de 7 de maio de 1887, proposta pelo vereador Dr. Francisco Pennaforte Mendes de Almeida. A estatua, que em honra de sua memoria, se erigiu no Largo de São Francisco, em frente ao velho mosteiro franciscano, foi a primeira que teve a cidade de São Paulo.

---

## 1864

### 24. DR. ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA MACHADO E SILVA

Filho do grande Antonio Carlos, da trindade andradina, e de sua mulher D. Anna Josephina de Andrada, nasceu em Santos, aos 13 de outubro de 1830.



*Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva*

Bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1855 e no anno seguinte recebeu o grau de doutor, depois de approvado em defeza de theses. Approvado em concurso, foi nomeado lente substituto, por decreto de 3 de agosto de 1859. Tomou posse em 18 de setembro.

Em 1862, foi eleito deputado provincial de São Paulo, e reeleito em 1864, e foi deputado geral na legislatura de 1867-68.

Por carta imperial de 21 de setembro de 1864, foi nomeado lente cathedratico de direito commercial, na vaga verificada com a jubilação do Conselheiro Falcão.

Exerceu o cargo de director interino da Faculdade de Direito em 1885, 1886 e 1890, sendo jubilado por decreto de 17 de dezembro de 1890.

Foi, então, nomeado inspector do Thesouro do Estado e, depois, Procurador Geral do Estado.

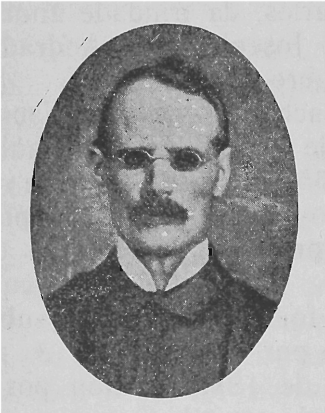
Falleceu em 19 de outubro de 1902, no Rio de Janeiro, sendo sepultado em São Paulo.

---

## 1868

### 25. CONSELHEIRO DR. FRANCISCO JUSTINO GONÇALVES DE ANDRADE

Filho do capitão Francisco Joaquim Gonçalves e de D. Caetana Maria Gonçalves de Andrade, nasceu em Portugal e veio, ainda menino, para o Brasil, a convite de seu tio, Monsenhor Dr. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, mais tarde successor de D. Matheus de Abreu Pereira, no bispado de São Paulo. Fiquou residencia nesta cidade e aqui estudou preparatorios, matriculando-se, em 1846, no Curso Juridico. Bacharelou-se em 1850. Após defesa de theses, recebeu o grau de doutor em 1851.



*Conselheiro Dr. Francisco Justino  
Gonçalves de Andrade*

Formado, regressou a Portugal, fazendo uma viagem á Europa.

Concorreu, com o dr. Clemente Falcão Filho, á vaga aberta por morte do dr. Gabriel Rodrigues dos Santos.

Foi nomeado lente substituto, por decreto de 28 de setembro de 1859, empossando-se em 25 de outubro seguinte; e, por decreto de 29 de fevereiro de 1868, lente cathedratico de direito natural, cadeira que permutou, em 1870, com a de direito civil até então regida pelo Conselheiro José Bonifacio, o Moço. Tomou posse em 11 de março. Era um typo de rigida austeridade, rispido no trato, incapaz de rir em presença dos estudantes. O seu carregado sotaque madeirense, lembrava os velhos professores da velha universidade portugueza. Falava dogmaticamente. Tinha o orgulho do cargo. Tendo pedido e obtido aposentadoria, o governo imperial reconsiderou o acto, por decisão de 22 de dezembro de 1884, permittindo-lhe continuar no magisterio.

Recebeu o titulo de Conselho, a que tinham direito os lentes depois de vinte e cinco annos de magisterio.

Em 1890, após grave incidente academico, foi jubilado por Benjamin Constant, secretario dos Negocios da Instrucção Publica no Governo Provisorio da Republica, o que muito o desgostou, a ponto de inutilizar um tratado de direito civil, que se dizia que tinha prompto.

Falleceu em São Paulo aos 25 de julho de 1892.

Deixou um trabalho, que seu sobrinho Dr. Sebastião de Lacerda, ministro do Supremo Tribunal Federal, não ha muitos annos editou:

— *Da Posse*. Edição da Empreza Graphica Editora Monteiro Lobato, de São Paulo.

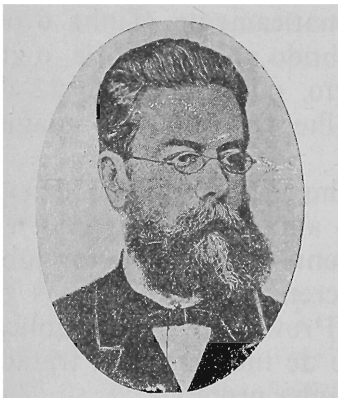
---

1870

26. DR. CLEMENTE FALCÃO DE SOUZA FILHO

Filho do Conselheiro Dr. Clemente Falcão de Souza, nasceu em São Paulo.

Matriculou-se no Curso Juridico de São Paulo em



*Dr. Clemente Falcão de Souza  
Filho*

1851, recebendo o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em outubro de 1855, com a idade de vinte e um annos. Dois annos depois, em 25 de novembro de 1857, defendeu theses, recebendo o grau de doutor.

Em 1859 e 1860, entrou em concurso, sendo, de ambas as vezes, proposto pela Faculdade de Direito á nomeação, que conseguiu pelo decreto de 28 de maio de 1860. Deu a sua

primeira aula, na cadeira de direito civil, em 28 de junho de 1860. Preleccionou, como substituto, as cadeiras de direito civil, commercial, pratica do processo civil e criminal e direito ecclesiastico, com raro talento e grande erudição. Teve a fortuna de fazer parte da Congregação de Professores da Faculdade de Direito de São Paulo juntamente com seu pae, o Conselheiro Falcão, facto que mais de uma vez se verificou com o Conselheiro Avellar Brotero e seu filho Dr. João Dabney de Avellar Brotero, com o Dr. Brasilio Machado e seu filho o Dr. José de Alcantara Machado d'Oliveira e com o Dr. João Arruda e seu filho o Dr. Braz de Souza Arruda.

Por decreto de 23 de março de 1870, foi nomeado lente cathedratico de direito civil, primeira cadeira do quarto anno, da qual tomou posse em 8 de abril seguinte.

Entrando a trabalhar no escriptorio de advocacia de seu pae, para logo conquistou grande popularidade, pois era um notavel orador criminal. Dedicou-se tambem ao jornalismo e á literatura dramatica, tendo escripto varios dramas. *O mendigo de São Paulo, Coração e Dinheiro e O libertino*, que não foram impressos mas que foram representados em São Paulo e outras cidades do Brasil, com geraes applausos.

Foi um dos organizadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a grande empreza que é justo orgulho dos brasileiros nos dias que correm, e da qual foi o primeiro presidente.

Foi condecorado com a commenda da Ordem de Christo.

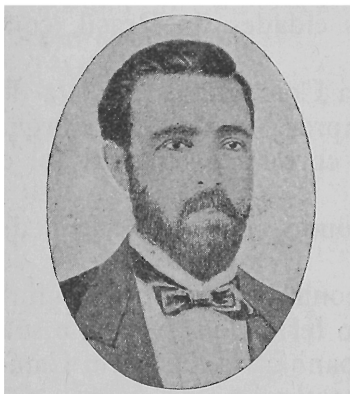
Os doutores e bachareis, reconhecendo os seus esforços em prol do problema da viação ferrea, collocaram o seu retrato a oleo na estação da Companhia Paulista, em Campinas, ao lado do de Saldanha Marinho.

Não foram menores os seus esforços para a construcção da chamada estrada de ferro do Norte, ligando São Paulo á Estrada de Ferro Pedro II, na estação da Cachoeira. Teve em 1877, a ventura de elle proprio conduzir a locomotiva que trazia de Cachoeira a São Paulo S. A. o Sr. Conde d'Eu inaugurando a linha ferrea. Organizou a Companhia Cantareira de Aguas e Exgotos e a Companhia de Gaz e Oleo de Taubaté.

Constructor, foi dos mais efficazes obreiros da grandeza de São Paulo. Falleceu nesta cidade, com cincoenta e tres annos de idade, em pleno vigor de talento e de energia, aos 4 de abril de 1887.

## 27. DR. JOÃO THEODORO XAVIER DE MATTOS.

Filho do capitão João Theodoro Xavier e de D. Gertrudes Thereza de Moraes, nasceu em Mogy Mirim, provincia de São Paulo, em fevereiro de 1828. Concluidos os



*Dr. João Theodoro Xavier de  
Mattos*

preparatorios no Curso Anexo ao Curso Juridico, neste se matriculou em 1849, recebendo o grau de bacharel em 1853. Foi logo nomeado promotor publico da comarca da capital de São Paulo, e, em 1855, procurador fiscal do Theouro, em São Paulo. Tomou assento na Assembléa Provincial. Exerceu a presidencia de São Paulo de 21 de dezembro de 1872 a 29 de maio de 1875.

Neste cargo, prestou á cidade e á provincia de São Paulo serviços que nunca serão lembrados em demasia. Abriu a rua que liga o bairro da Luz ao do Braz e tem o seu nome. Poz o Braz em communição com o centro da cidade. Calçou a rua Municipal, hoje rua João Alfredo. Reformou o Palacio do Governo. Rectificou o rio Tamanduatehy. Construiu a Ilha dos Amores, entre dois braços do Tamanduatehy. Abriu a rua Conde d'Eu, hoje rua Glycerio. Construiu o predio da Escola Normal onde hoje funciona o Forum Civel, entre as ruas 15 de Novembro, Thesouro e Alvares Penteado. Deu mão forte ao Dr. Falcão Filho para a construcção da Companhia Paulista, incentivou a da Companhia Mogyana.

Approvedo em defesa de theses, recebeu o grau de doutor em 1856.

Por decreto de 16 de novembro de 1860, foi nomeado lente substituto e tomou posse do cargo em 26 do mesmo mez.

Lente cathedratico de direito criminal, por decreto de 23 de novembro de 1870, dessa cadeira tomou posse em 7 de dezembro seguinte, passando-se para a de direito natural por permuta com o Conselheiro Justino de Andrade.

Falleceu aos 31 de outubro de 1878.

Philosopho, era tolerante e bom. Reuniu as suas lições de direito natural em volume:

— *Theoria Transcendental do Direito.*

---

1871

## 28. DR. ERNESTO FERREIRA FRANÇA

Filho do Conselheiro Ernesto Ferreira França, que fôra ministro do Supremo Tribunal de Justiça e dos Negocios Extranjeros, e de D. Isabel Helena Velloso França,



Dr. Ernesto Ferreira França

nasceu no Recife, em 1 de novembro de 1828. Estudou em Leipzig, onde recebeu o grau de doutor em direito civil e canonico. Defendeu theses, em 1860, na Faculdade de Direito de S. Paulo, no mesmo anno em que as defenderam Paulo Antonio do Valle, José Vieira Couto de Magalhães, Americo Braziliense de Almeida Mello e Joaquim de Almeida Leite de Moraes.

A sua defesa de theses causou largo successo.

Entrou em concurso com o Padre Mamede Gomes da Silva e foi nomeado lente substituto por decreto de 6 de julho de 1861, tomando posse em 8 de outubro seguinte. Por decreto de 15 de dezembro de 1871, foi nomeado lente cathedratico de direito natural, no primeiro anno, na vaga aberta pela jubilação do Conselheiro Avellar Brotero.



Occupou esta cadeira até 1877, anno em que se jubilou, sendo substituído por Sá e Benevides.

Mudou-se, então, para o Rio de Janeiro, onde exerceu a advocacia, até fallecer.

Obras publicadas:

— *Incompatibilidade das penas e prescripções dos delictos, em todas as suas questões.* These de doutoramento.

— *Apontamentos diplomaticos sobre os limites do Brasil,* na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, vol. 33, parte segunda, pag. 213.

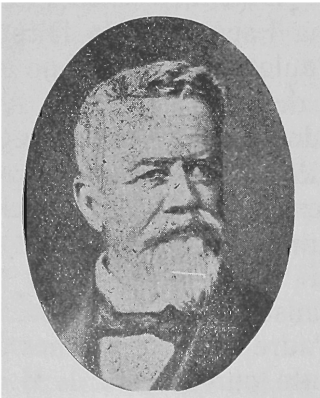
— *Codigo do Commercio,* na *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*, 1870, pag. 1 a 32.

---

## 1875

### 29. CONSELHEIRO DR. MANOEL ANTONIO DUARTE DE AZEVEDO.

Nasceu em Itaborahy, na provincia do Rio de Janeiro, aos 16 de janeiro de 1832, filho do Dr. Manoel Duarte Azevedo Moreira e D. Maria Dulce Cherubina de Azevedo.



*Conselheiro Dr. Manoel Antonio  
Duarte de Azevedo*

Bacharel em letras pelo Collegio Pedro II, matriculou-se no Curso Juridico de São Paulo em 1852, recebendo o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 1856. Foi nomeado juiz de orphams da comarca de São Paulo, em 1858. Defendeu theses e recebeu o grau de doutor em 1859.

Presidiu a provincia do Piauhy em 1860, a de Alagôas em 1861 e a do Ceará em 1862.

Por carta imperial de 9 de agosto de 1862, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito de São

Paulo, tomando posse em 26 do mesmo mez. Como substituto, leccionou varias cadeiras, até 1871, em que, por jubilação do Conselheiro Chrispiniano Soares, e por decreto de 15 de novembro de 1871, foi nomeado lente cathedratico de direito romano. Já então fazia parte do gabinete de 7 de março de 1871, organizado pelo Visconde do Rio Branco, no qual occupou, a principio, a pasta da Marinha e, depois, a da Justiça. Sómente em 16 de outubro de 1875 foi que tomou posse da sua cadeira de direito romano.

Teve o titulo de Conselho.

Jubilado, por decreto de 29 de maio de 1881, passou a exercer a advocacia, mantendo escriptorio com o seu genro, Dr. João Pereira Monteiro. Como jurisconsulto, foi acatadissimo. Professor eximio, jornalista, poeta, em tudo teve justa e grande fama.

Eleito deputado muitas vezes, quer provincial, quer geral, morreu no Rio de Janeiro, aos 9 de novembro de 1912, como presidente do Senado do Estado de São Paulo.

Obras publicadas:

— *Controversias Juridicas*. Escolas Profissionaes Salesianas. S. Paulo, 1907.

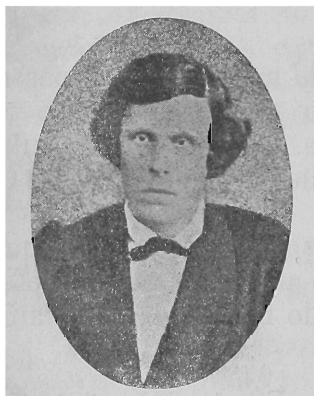
— *Projecto do Codigo do Processo Criminal do Estado de São Paulo*. De collaboração com o Dr. João Pereira Monteiro. 1893.

— *Projecto do Codigo do Processo Civil e Commercial*. De collaboração com o Dr. João Pereira Monteiro. 1894.

1877

30. DR. JOSÉ MARIA CORRÊA DE SÁ  
E BENEVIDES.

Filho do gentil homem imperial, José Maria Corrêa de Sá, descendente de Estacio de Sá, o fundador da cidade do Rio de Janeiro, nesta nasceu José Maria Corrêa de Sá e Benevides, aos 7 de junho de 1833.



*Dr. José Maria Corrêa de Sá  
Benevides*

Matriculou-se no Curso Juridico de São Paulo, em 1850. Bacharelou-se em 1854. Tinha o curso do Collegio Pedro II. Logo depois de formado contraiu casamento com uma filha do Conselheiro Brotero e voltou á Côrte, onde advogou algum tempo de sociedade com José Bonifacio, o Moço. Em 1855, foi nomeado juiz municipal na provincia do

Rio de Janeiro; mas em 1857 tinha seu escriptorio de advocacia aberto em São Paulo. Em 1858 defendeu theses e recebeu o grau de doutor.

Approvado em concurso, foi nomeado lente substituto por decreto de 8 de julho de 1865, tomando posse em 19 desse mez; e, por decreto de 31 de julho de 1877, lente cathedratico. Regeu a primeira cadeira do primeiro anno, da qual se empossou em 18 de agosto seguinte. Succedeu ao Dr. Ernesto Ferreira França na cadeira de direito natural, publico e das gentes.

Já era lente substituto quando presidiu a provincia de Minas Geraes, de 14 de maio de 1869 a 16 de maio de 1870 e a do Rio de Janeiro, de 1 de julho a 27 de outubro de 1870.

Foi jubilado por decreto de 18 de setembro de 1890.

Jornalista, redigiu, com o Conselheiro Antonio Prado, *O Vinte e Dois de Maio*, de 1872 a 1873, e *A Ordem*, de 1874 a 1876.

Redigiu a *Revista de Jurisprudencia e Legislação*, do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo.

Obras publicadas:

— *Elementos da Philosophia do Direito Privado*, 1884.

— *Philosophia Elementar do Direito Publico Interno, Temporal e Universal*, 1887.

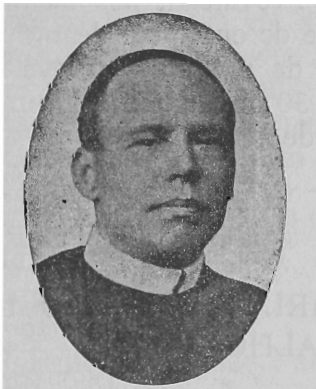
— *Analyse da Constituição Politica do Imperio do Brasil*, 1891

---

## 1878

### 31. CONSELHEIRO ARCIPRESTE DR. JOÃO JACINTHO GONÇALVES DE ANDRADE.

Natural da ilha da Madeira, Portugal, era filho de Sebastião Gonçalves de Andrade e sobrinho de D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, quinto bispo de S. Paulo.



*Conselheiro Arcipreste Dr. João Jacintho Gonçalves de Andrade*

Nasceu na freguezia do Campanario, em 7 de novembro de 1807. Ordenou-se em São Paulo em 1831.

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1860 e, logo depois, aprovado em concurso, foi nomeado lente substituto da cadeira de latim, francez e inglez no Curso Anexo á Faculdade de Direito, por decreto de 12 de abril de 1862, empossando-se em 29 do mesmo mez. Por decreto de 21 de outubro de 1863, foi nomeado lente cathedratico das cadeiras de francez e inglez. Tomou posse

em 4 de novembro seguinte. Concluiu o seu curso academico em 1864, recebendo o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes; e, no anno seguinte, em 1865, defendeu theses e recebeu o grau de doutor em direito, em 28 de setembro.

Em 1841, foi nomeado conego da cathedral de São Paulo; em 1852, vigario capitular, e em 1862, vigario geral, governador do bispado; em 1869, arcediago, presidente do cabido, e monsenhor honorario da Capella Imperial.

Approvado em concurso, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito, por decreto de 13 de março de 1869 e tomou posse a 12 de abril seguinte.

Por decreto de 9 de novembro de 1878, foi nomeado lente cathedratico direito natural, primeira cadeira do segundo anno, em substituição ao Dr. João Theodoro Xavier. Tomou posse em 20 de mesmo mez. Transferiu-se, por permuta com o Conselheiro Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado e Silva, para a segunda cadeira do segundo anno, direito ecclesiastico, por decreto de 12 de junho de 1888.

Foi jubilado por decreto de 14 de novembro de 1890.

Teve assento na Assembléa Provincial, nos biennios de 1840-41, 1844-45, 1850-51 e de então em diante até ao de 1858-59. Vice presidente da provincia, esteve em effectivo exercicio do governo de 30 de maio a 8 de junho de 1875 e de 18 a 31 de janeiro de 1878.

---

## 1881

### 32. CONSELHEIRO DR. CARLOS LEONCIO DA SILVA CARVALHO.

Lente substituto e depois lente cathedratico, foi nomeado director da Faculdade de Direito de São Paulo.

Entre os demais directores se encontram os seus traços biographicos.

### 33. CONSELHEIRO DR. FRANCISCO ANTONIO DUTRA RODRIGUES.

Natural da Côrte, nasceu aos 14 de março de 1845, filho de Manoel Antonio Rodrigues e D. Maria Dutra de Andrade.



*Conselheiro Dr. Francisco Antonio  
Dutra Rodrigues*

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1861, recebendo o grau de bacharel em 1865. Aprovado em defesa de theses, recebeu o grau de doutor em 1866. Por concurso, foi nomeado lente substituto, pelo decreto de 9 de outubro de 1872, empossando-se em 16 do mesmo mez.

Com a jubilação do Conselheiro Manoel Antonio Duarte de Azevedo, foi nomeado lente cathedratico de direito romano, por decreto de 15 de junho de 1881. Tomou posse em 4 de julho seguinte e tornou-se afamado professor. As suas apostillas, reunidas em volume, receberam o nome de — *o Dutirão*; e um de seus alumnos, o Dr. Lamartine Delamare Nogueira da Gama, o grande educador, que preparou tantas gerações de moços e que dirige, ainda, o Gymnasio Nogueira da Gama, em Guaratinguetá, as resumiu, em 1882, publicando-as em volume sob o pseudonymo de “Um bacharel em direito”. Este livro, que teve uma segunda edição, em 1901, da Typographia Commercial, de Jacarehy, ficou sendo — *o Dutrinha*, e teve larga acceitação pelos academicos.

Falleceu em São Paulo, aos 29 de setembro de 1888, sendo então conselheiro de Sua Magestade o Imperador, vice-presidente da provincia de São Paulo e presidente do Banco de Credito Real.

---

### 34. DR. JOAQUIM JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO.

Paulista, natural de Santos. Nasceu em 1842.

Matriculou-se, em 1858, na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1862 e doutorando-se, por aprovação em defeza de theses, em 1863.



*Dr. Joaquim José Vieira de  
Carvalho*

Foi, em 1864, juiz municipal em Campinas.

Aberto o concurso, em razão da promoção do Conselheiro Duarte de Azevedo para lente cathedratico, inscreveram-se Joaquim Augusto de Camargo, José Rubino de Oliveira e Joaquim José Vieira de Carvalho, que obteve o primeiro lugar, e foi nomeado por decreto de 17 de junho de 1874.

Tomou posse em 26 do mesmo mez.

Com a jubilação do Conselheiro Carrão, foi nomeado lente cathedratico de economia politica, segunda cadeira do quinto anno, da qual tomou posse em 26 do mesmo mez, por decreto de 19 de novembro de 1881.

Proclamada a Republica, foi deputado á Constituinte Paulista e, depois, senador estadual.

Em 1891 foi eleito deputado estadual e, em 1896, por decreto de 7 de fevereiro, foi designado lente cathedratico de economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado.

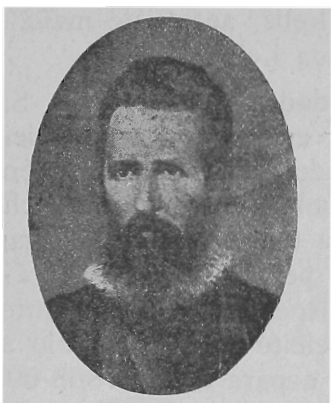
Jubilou-se por decreto de 17 de setembro de 1896.

Seu filho, o grande cirurgião paulista, Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, foi o primeiro director da Faculdade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo.

---

### 35. DR. JOAQUIM AUGUSTO DE CAMARGO

Natural de São Paulo. Nasceu em 1839, filho do Capitão João José de Camargo. Matriculou-se na Faculdade de Direito em 1856. Estudante applicadissimo.



*Dr. Joaquim Augusto de Camargo*

Formou-se em 1860 e logo abriu escriptorio de advocacia em São Paulo. Foi juiz municipal supplente da comarca da Capital em 1862.

Defendeu theses em 1866 e recebeu o grau de doutor.

Concorreu, em 1873 e 1875, a vagas de lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo e foi nomeado, por decreto de 4 de dezembro de 1875. Tomou posse em 11 do mesmo mez.

Com a jubilação do Conselheiro Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, foi nomeado lente cathedratico de direito criminal, cadeira que, de ha muito, preleccionava, nos impedimentos parlamentares de seu titular, por decreto de 19 de novembro de 1881, tomando posse em 26 do mesmo mez.

Falleceu em 11 de agosto de 1882.

Obras publicadas:

— *Marcha dos processos summarios e executivos.*

— *Direito Penal Brasileiro.* Typographia da Gazeta do Povo. São Paulo. 2 vols: o 1.º em 1881 e o 2.º em 1882.

---



1882

36. DR. JOAQUIM DE ALMEIDA LEITE MORAES.

Paulista, nasceu em Porto Feliz, aos 9 de maio de 1835, filho de Joaquim de Almeida Leite Moraes.



*Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes*

Ao bacharelar-se, na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1857, estava eleito deputado provincial suplente e, no anno seguinte, foi chamado a tomar assento, na vaga aberta pela morte do Dr. Gabriel Rodrigues dos Santos. Foi reeleito para o biennio seguinte e para os de 1868-69 e 1878-79.

Defendeu theses, em 1860, sendo approvado unanimemente nos dois escrutinios.

Exerceu a advocacia, com grande successo, no interior da provincia de São Paulo, tendo seu escriptorio em Araraquara, de onde era chamado para patrocínio de causas importantes, pois era grande a sua nomeada de criminalista e de orador da tribuna judiciaria.

Após brilhante concurso, em que teve como competidores Rubino de Oliveira e Bulhões Carvalho, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo, por decreto de 24 de agosto de 1878, empossando-se em 30. Foi presidente de Goyaz de 1 de dezembro de 1880 a 28 de março de 1882. Por decreto de 24 de agosto de 1882, foi nomeado lente cathedratico de direito criminal, segunda cadeira do terceiro anno, tomando posse a 29 do mesmo mez.

Fundou, de collaboração com os Drs. Bento de Paula Souza e Brasílio Machado, em 1879, *O Constituinte*, orgam do partido liberal, e, em 1883, *O Diario de São Paulo*, com o Dr. Augusto de Souza Queiroz. E foi um dos redactores do *O Federalista*, ultimo orgam do partido liberal em São Paulo.

Falleceu em São Paulo em 1 de agosto de 1895.

### 37. DR. JOSÉ RUBINO DE OLIVEIRA.

Filho de José Pinto de Oliveira e de D. Rita Maria do Espirito Santo, nasceu em Sorocaba, aos 24 de agosto de 1837. Perdeu cedo a protecção paterna, passando a



Dr. José Rubino de Oliveira

ser educado pelo padrasto, Benedicto da Luz, negociante de arreios em Sorocaba. Foi selheiro. Em sua terra natal estudou as primeiras letras. De-sejoso de abraçar a carreira ecclesiastica, matriculou-se no Seminario Episcopal de São Paulo, então inaugurado. Fez o curso de humanidades e o de theologia. Despindo a batina, em 1863, fez os preparatorios e matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1864. Bacharelou-se em 1868.

Doutourou-se, por defeza de theses, em 1869.

Pretendendo um logar na Congregaçã da Faculdade de Direito, inscreveu-se em nove concursos. Ao terminar as provas do ultimo, recebeu estrondosa manifestaçã e viu coroados os seus esforços, sendo nomeado lente substituto, por decreto de 20 de setembro de 1879, tomando posse em 4 de outubro. Mulato, fazia alarde da

sua côr. Fez-se por si mesmo, por um trabalho sereno e proficuo. Por decreto de 18 de novembro de 1882, foi nomeado lente cathedratico de direito administrativo, terceira cadeira do quinto anno, da qual tomou posse em 30 do mesmo mez.

Falleceu aos 4 de agosto de 1891.

Pelos seus altos meritos, a Congregação mandou collocar o seu retrato a oleo, em tamanho natural, na galeria de professores, no Salão Nobre.

Deixou um livro:

— *Epitome de Direito Administrativo Brasileiro*, segundo o programma de 1884.

---

## 1883

### 38. DR. JOÃO PEREIRA MONTEIRO.

Por decreto de 15 de setembro de 1883, foi nomeado lente cathedratico da primeira cadeira do quinto anno, como já se disse quando se traçaram os seus traços biographicos, como Director da Faculdade de Direito de São Paulo.

---

## 1887

### 39. DR. VICENTE MAMEDE DE FREITAS

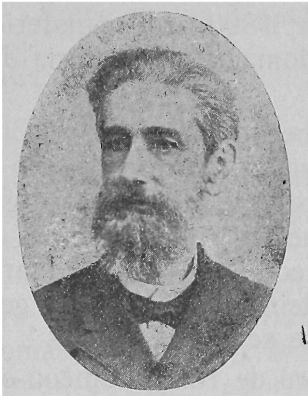
Nomeado lente cathedratico de direito civil, por decreto de 5 de maio de 1887, o Dr. Vicente Mamede de Freitas, como vice-director, substituiu, na directoria, ao Dr. João Pereira Monteiro. Entre os directores se encontram os seus traços biographicos.

---

1888

40. DR. AMERICO BRASILIENSE DE ALMEIDA  
MELLO.

Nasceu em São Paulo, aos 8 de agosto de 1833, filho do Dr. Francisco Antonio de Almeida Mello e de D. Felizarda Joaquim Pinto. Seu pae era influente politico em Sorocaba, e teve assento na Assembléa Provincial em varias legislaturas.



*Dr. Americo Brasiliense de  
Almeida Mello*

Fez o seu curso juridico na Faculdade de Direito de S. Paulo, bacharelando-se em 1855, tendo como companheiros de turma Ferreira Vianna, Falcão Filho, Vicente Mamede e outros. Formado, abriu banca de advogado em Sorocaba, onde aprimorou os seus estudos juridicos e philosophicos.

Deixou o pae, em 1857, a sua cadeira na Assembléa Provincial, que passou a ser occupada pelo filho, de 1858 a 1867, com excepção do bienio de 1864-1865.

Defendeu theses em 1860, recebendo o grau de doutor.

Por doente, seguiu para a Europa, em 1864. De regresso, em 1866, foi nomeado, pelo ministerio Marquez de Olinda, presidente da provincia da Parahyba, de 16 de junho de 1866 a 22 de abril de 1867; e da do Rio de Janeiro, de 10 de março de 1868 a 10 de maio do mesmo anno.

Com a ascensão do partido conservador, em 1868, regressou a São Paulo, dedicando-se á advocacia e, fundando a *Loja America*, com Luiz Gama, Americo de Campos, Ferreira de Menezes e outros, entregou-se á propa-

ganda abolicionista e republicana. Foi um dos signatarios do manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870.

Inscreveu-se em concurso, na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1869, com Almeida Reis e Leoncio de Carvalho que foi o nomeado. Conseguiu, porém, em outro, em 1882, a sua nomeação para lente substituto, por decreto de 11 de setembro daquelle anno, empossando-se em 22 do mesmo mez. E por decreto de 13 de outubro de 1888, foi nomeado lente cathedratico de direito romano, cadeira da qual, em 1890, foi transferido para a de direito das gentes e diplomacia e a historia dos tratados.

Proclamada a Republica, elaborou um dos projectos de Constituição e, nomeado Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto ao Governo de Portugal, do Estado de São Paulo, cargo que teve de deixar em 15 de novembro desse anno. Por decreto de 21 de março de 1891, foi designado para a cadeira de direito das gentes, a primeira da segunda serie de sciencias sociaes.

Por decreto de 24 de novembro de 1894, nomeou-o o Marechal Floriano Peixoto Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Falleceu no Rio de Janeiro, no Hotel Bragança, em 25 de março de 1896.

Obras publicadas:

— *Licções de Historia Patria*. Campinas, 1876. Segunda edição em 1877, correcta e ampliada, feita em São Paulo.

— *Os Programmas dos Partidos e o Segundo Imperio*. São Paulo, 1878.

— *Elogio aos Paulistas*, 1873.

---

1890

41. DR. ANTONIO DINO DA COSTA BUENO.

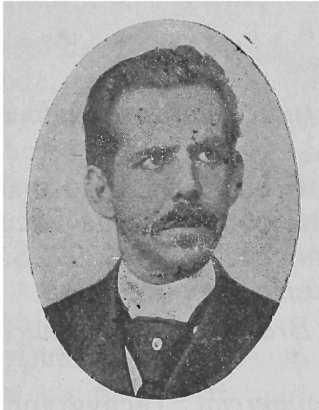
Por decreto de 6 de setembro de 1890, foi o dr. Antonio Dino da Costa Bueno nomeado lente cathedratico de direito civil; e, por morte do Dr. Vicente Mamede de Freitas, assumiu a direcção da Faculdade de Direito de São Paulo.

Entre as dos demais directores está a sua biographia.

---

42. DR. BRASILIO AUGUSTO MACHADO D'OLIVEIRA (Barão de Brasilio Machado)

Filho do Brigadeiro José Joaquim Machado d'Oliveira, que como historiador se salientou, e de D. Leocadia Thomasia de Lima. Nasceu na cidade de São Paulo aos 4 de setembro de 1848.



Dr. Brasilio Augusto Machado  
d'Oliveira

Estudou preparatorios no Seminario Episcopal de São Paulo.

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1868, bacharelando-se em 1872, sendo logo nomeado promotor publico de Piracicaba e depois, em 1876, de Casa Branca. Publicou, a esse tempo, o seu primeiro livro de poesias, *Madresilvas*, a que se seguiram as *Perpetuas*, em 1882. Foi, quando academico, amigo e contemporaneo de Castro Alves. Grande orador, dos maiores de seu tempo, seus discursos fizeram grande successo. Defendeu theses e recebeu o grau de doutor em 1883.

Foi presidente da provincia do Paraná de 17 de agosto de 1884 a 28 de agosto de 1885.

De regresso a São Paulo, dedicou-se ao jornalismo, escrevendo assiduamente na *Tribuna Liberal*, no *O Constituinte*, no *Diario da Manhã* e no *O Federalista*.

Por decreto de 30 de setembro de 1890, foi nomeado lente cathedratico de philosophia do direito, primeira cadeira do primeiro anno, da qual se empossou em 18 de outubro. Em 1891, foi transferido para a terceira cadeira da terceira serie, por decreto de 18 de outubro; e, por decreto de 7 de fevereiro de 1896, foi designado para a primeira cadeira de direito commercial.

Pela reforma do ensino, em 1911, e por decreto de 31 de maio, foi nomeado presidente do Conselho Superior do Ensino.

Falleceu no Rio de Janeiro, em 5 de março de 1919.

Teve o titulo de Barão de Brasílio Machado, outorgado pelo Papa.

Obras publicadas:

— *Madresilvas*, poesias, 1876.

— *Perpetuas*, poesias. 1882.

— *A Organização do Poder Judiciario do Estado de S. Paulo*.

— *Da unificação do Direito Privado*. Licção inaugural do curso de direito commercial professado na Faculdade de Direito de São Paulo no anno lectivo de 1897. São Paulo. Typographia Carlos Gerke & Cia., 1897.

— *O Codigo Commercial do Brasil em sua formação historica*. São Paulo, 1910.

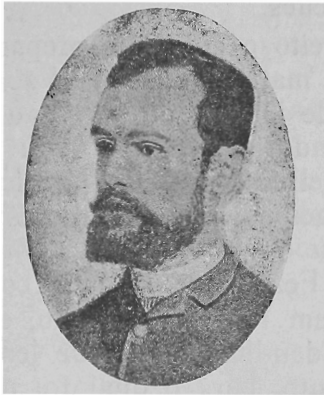
— *Prelecções de Direito Commercial*. Tachygraphadas e publicadas por Augusto Moreira Soares. São Paulo, 1906.

---

1891

43. DR. BRASÍLIO RODRIGUES DOS SANTOS.

Filho do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, nasceu em São Paulo aos 6 de março de 1854.



*Dr. Brasílio Rodrigues dos Santos*

Concluidos os preparatorios, matriculou-se, em 1873, na Faculdade de Direito de S. Paulo, bacharelando-se em 31 de outubro de 1877. Abriu banca de advogado no Rio de Janeiro, trabalhando com o Dr. Ubaldino do Amaral.

Mais tarde, ingressou na magistratura, vindo como juiz municipal de Bragança, na provincia de São Paulo.

Inscreveu-se, em 1883, em dois concursos na Faculdade de Direito de São Paulo, sendo nomeado lente substituto por decreto de 22 de setembro. Tomou posse em 1 de outubro, quando recebeu o grau de doutor. Lente cathedratico da segunda cadeira do quarto anno, por decreto de 30 de dezembro de 1890, tomou posse em 19 de janeiro de 1891; e, por decreto de 7 de fevereiro de 1896, foi designado para lente cathedratico de direito commercial.

Propagandista republicano, tomou parte, como senador, na Constituinte Paulista e foi, mais tarde, deputado federal.

Dedicou-se depois ao magisterio e á advocacia. Como lente, era respeitado pela rectidão e rigor dos seus julgamentos.

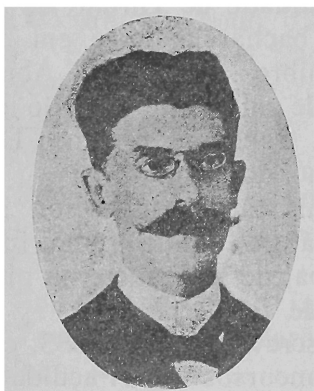
Falleceu aos 30 de março de 1901, em um bonde da Companhia Viação Paulista, em frente á Faculdade de Direito, no largo de São Francisco, victimado por uma syncope cardiaca.

---



#### 44. DR. FREDERICO JOSÉ CARDOSO DE ARAUJO ABRANCHES.

Nasceu em 1842, na então villa, hoje cidade de Guaratatingetá. Foram seus paes Antonio José Cardoso de Araujo Abranches e D. Marianna da Silveira Camargo Abranches.



*Dr. Frederico José Cardoso de  
Araujo Abranches*

Feito o curso de preparatorios, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo, em 1864, o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Defendeu theses e recebeu o grau de doutor, em 1877. Fez o seu primeiro concurso em 1879. O ultimo, em 1887, deu-lhe o logar de lente substituto, para o qual foi nomeado por decreto de 2 de setembro de 1887. Tomou posse

em 21 do mesmo mez. Por decreto de 30 de dezembro de 1890, foi nomeado lente cathedratico e com exercicio na cadeira de direito romano, de que tomou posse em 22 janeiro seguinte. Em 1903, por decreto de 17 de junho, ratificado pelo de 21 de julho, foi jubilado e, poucos mezes depois, em 17 de setembro de 1903, veiu a fallecer.

Foi longa a sua carreira politica, e nella exerceu cargos de alta importancia como os de presidente das antigas provincias do Paraná e do Maranhão; e, por seus serviços na administração publica, recebeu o habito de Christo e o officialato da Ordem da Rosa. Foi, em varias legislaturas, deputado provincial. Proclamada a Republica militou no partido dominante, pelo qual foi eleito, mais de uma vez, senador.

Em 5 de abril de 1873, contraiu casamento com D. Maria Dabney de Avellar Brotero, filha do conselheiro

José Maria de Avellar Brotero, lente da Faculdade de Direito de São Paulo e, por muitos annos, seu secretario.

Foi o ultimo presidente da Companhia de Estrada de Ferro de S. Paulo e Rio de Janeiro, depois incorporada na Estrada de Ferro Central do Brasil, e presidente do Banco de São Paulo.

#### 45. DR. PEDRO AUGUSTO CARNEIRO LESSA.

Nasceu na cidade do Serro, provincia de Minas Geraes, aos 25 de setembro de 1859. Filho de José Pedro Lessa e de D. Francisca Amelia da Fonseca Carneiro Lessa.



*Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa*

Feitos os preparatorios, veio matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1879. Bacharelou-se em 30 de outubro de 1883. Onze dias depois, a 10 de novembro, inscreveu-se para defesa de theses e foi approved, recebendo, em 1884, o grau de doutor em direito. Foi, em seguida, nomeado secretario da Relação de São Paulo e presidente da provincia do Maranhão. Nomeado

lente substituto, por decreto de 30 de maio de 1888, tomou posse a 6 de junho, e foi promovido a lente cathedratico da primeira cadeira da primeira serie, por decreto de 21 de março de 1891, tomando posse a 13 de abril. Nesse mesmo anno, por decreto de 6 de março, foi nomeado chefe de policia de São Paulo e, em junho, deputado estadual. Por decreto de 7 de fevereiro de 1892, foi designado cathedratico de philosophia de direito e historia do direito.

Professor insigne, de uma cultura profunda, foi, verdadeiramente, o creador da cadeira de philosophia de direito, nos nossos cursos juridicos. Rectidão de character, grangeou solido renome na advocacia, no magisterio, no jornalismo, nas letras. Era dos professores mais acatados pelos moços.

Nomeado, na presidencia Affonso Penna, por decreto de 26 de outubro de 1907, ministro do Supremo Tribunal Federal, traçou, na magistratura, o perfil do major dos juizes brasileiros. Occupou a cadeira que foi de Lucio de Mendonça, a quem tambem succedeu na Academia Brasileira de Letras.

Fundou e presidiu a Liga de Defesa Nacional.

Falleceu aos 25 de julho de 1921.

Obras publicadas:

— *E' a historia uma sciencia?* Duprat & Cia., São Paulo, 1900.

— *Dissertações e Polemicas*, Rio de Janeiro, 1909.

— *Estudos de Philosophia do Direito*. 1912. Segunda edição, da Livraria Francisco Alves, em 1916.

— *O determinismo psychico e a imputabilidade e responsabilidade criminal*. S. Paulo, 1915.

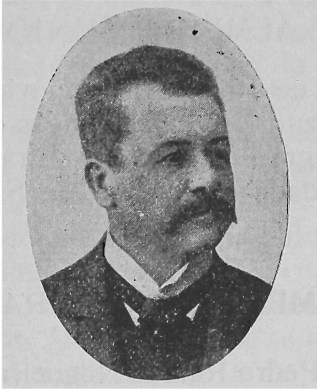
— *Do Poder Judiciario*. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1915.

— *Discursos e Conferencias*. 1916.

---

#### 46. DR. MANOEL CLEMENTINO DE OLIVEIRA ESCOREL.

Nasceu aos 11 de novembro de 1856, na cidade de Goyana, na provincia de Pernambuco. Foram seus paes José Bernardo de Oliveira e D. Antonia Martiniana de Mendonça Escorel.



*Dr. Manoel Clementino de Oliveira  
Escorel*

Matriculou-se, em 1876, na Faculdade de Direito do Recife e bacharelou-se, nella, em 1880. Exerceu a promotoria publica da cidade de Pilar, na Parahyba do Norte, logo depois de formado; e, mais, tarde, o mesmo cargo, no Recife. Foi deputado provincial pernambucano.

Defendeu theses na Faculdade de Direito do Recife, e recebeu o grau de doutor em 8 de junho de 1883. Com o accesso de Barros Guimarães e Tobias Barreto, em 1888, a cathedra, abriram-se dois concursos. No primeiro, inscreveram-se, José Ferrão de Gusmão Lima, José Isidoro Martins Junior, João Elysio de Castro Fonsêca, Manoel Clementino de Oliveira Escorel e Henrique Augusto de Albuquerque Milet. Martins Junior alcançou o primeiro lugar, Escorel o segundo e João Elysio o terceiro. Escorel foi nomeado, por decreto de 22 de dezembro, lente substituto, tomando posse em 7 de janeiro de 1889.

Por decreto de 21 de março de 1891, foi transferido da primeira cadeira da segunda serie juridica, direito romano, da Faculdade de Direito do Recife para a Faculdade de Direito de São Paulo. Tomou posse, como addido á terceira cadeira da mesma serie, em 28 de abril de 1891.

Por decreto de 12 de novembro de 1896, foi nomeado lente cathedratico de direito criminal, da qual tomou posse em 10 de dezembro seguinte.

Falleceu aos 7 de março de 1908.

Publicou, em 1893, um volume de anotações ao código penal, e, em 1905, o primeiro volume de um commentario mais vasto, que se tornou muito apreciado no mundo forense.

---

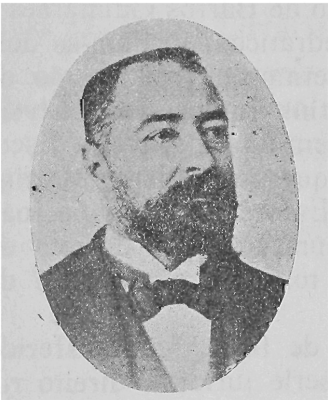
#### 47. DR. JOÃO MENDES DE ALMEIDA JUNIOR.

Por decreto de 21 de março de 1891, foi promovido a lente cathedratico o lente substituto Dr. João Mendes de Almeida Junior, cujos traços biographicos se encontram entre os dos directores da Faculdade de Direito de São Paulo.

---

#### 48. DR. JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA NOGUEIRA.

Filho do Barão de Joatinga (Pedro Ramos Nogueira) e de D. Placidia Maria de Almeida, nasceu na fazenda Loanda, em Bananal, na provincia de São Paulo. Alli estudou primeiras letras, frequentando, depois, um collegio em Barra Mansa. Seguiu para a França e estudou humanidades no Instituto Prunières e no Lyceu Bonaparte em Paris.



*Dr. José Luiz de Almeida Nogueira*

Em 1867, veio para São Paulo, a frequentar o Curso Anexo, onde fez os preparatorios. Matriculou-se, em 1869, na Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1873. Defendeu theses e recebeu o grau de doutor em 27 de setembro

de 1874. Já então, e desde o anno anterior, tinha assento na Assembléa Provincial. Eleito para o biennio de 1876-77 deputado geral, occupou o logar de primeiro secretario da Assembléa Geral.

Proclamada a Republica, fez, como deputado, parte do Congresso Constituinte e do Congresso Nacional, nas duas legislaturas subseqüentes, passando, depois, a occupar uma cadeira no Senado Paulista.

Redigiu o *Correio Paulistano* e *O Commercio de São Paulo*.

Por decreto de 7 de novembro de 1890, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo, tomando posse em 13 do mesmo mez. Por decreto de 31 de janeiro de 1891, foi nomeado lente cathedratico. Tomou posse da segunda cadeira da terceira serie de sciencias sociaes em 24 de fevereiro de 1891, sendo-lhe designada, pelo decreto de 7 de fevereiro de 1896, a segunda cadeira de economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado.

Em 1910, representou o Brasil no Congresso Juridico Pan Americano, que se reuniu em Buenos Aires.

Falleceu em 16 de julho de 1914.

Primeiro dos historiadores da Faculdade de Direito de São Paulo, deixou a serie de chronicas em que, repassando as turmas, lhes contou a historia, com graça e alto senso critico. Destacou-se como advogado e como jurisconsulto.

Obras publicadas, além de innumeradas monographias e discursos parlamentares:

— *Ensaio Juridico e Sociaes*. — São Paulo, 1873.

— *Tratado Theorico e Pratico das Marcas Commercias e Nome Industrial*. 2 vols. Typographia Hennies Irmãos. São Paulo, 1910.

— *Fiança ás Custas*. — São Paulo, 1909.

— *Curso Didactico de Economia Política ou Sciencia do Valor*. Typ. Siqueira, Nagel & Cia. São Paulo, 1913. 2 vols.

— *A Academia de S. Paulo. Tradições e Reminiscencias. Estudantes. Estudantões. Estudantadas*. 9 volumes. São Paulo, 1907 a 1912.

#### 49. DR. ANTONIO AMANCIO PEREIRA DE CARVALHO.

Nasceu na cidade da Montanha, na provincia da Bahia, em 8 de abril de 1850. Foram seus paes José Pereira de Carvalho e D. Joaquina Marcellina Pereira de Carvalho.



*Dr. Antonio Amancio Pereira  
de Carvalho*

Concluidos os preparatorios, matriculou-se, em 1866, na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se doutorou, em 1872, em que fez parte da Junta Sanitaria da Bahia. Prestou inolvidaveis serviços em Amargosa, quando da epidemia da variola, ao tempo em que dirigia a provincia da Bahia o Desembargador Henrique Pereira de Lucena, a pedido de quem seguiu para Pernambuco,

por ocasião da grande secca, tratando de onze mil retirantes na Colonia Orphanologica Isabel.

Veiu para o Rio de Janeiro, em 1878, abrindo consultorio medico. Nomeado medico legista, a convite do Barão de Cotegipe, presidente do Conselho, permaneceu no cargo, onde se destacou pelos seus grandes conhecimentos, até que, por decreto de 2 de fevereiro de 1891, foi nomeado lente cathedratico de medicina publica na Faculdade de Direito de São Paulo, tomando posse da cadeira em 22 de abril seguinte.

Foi um dos fundadores e, por muitos annos, o director da Escola de Pharmacia, Odontologia e Obstetricia de S. Paulo, na qual foi cathedratico de historia da pharmacia e legislação pharmaceutica. Socio fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia.

Professor assiduo, devotadissimo ao magisterio, claro nas lições, conseguia converter os seus alumnos em amigos, pelo affecto que lhes dispensava.

Como professor mais antigo, exerceu a directoria da Faculdade de Direito, muitas vezes, principalmente de 1916 até 1925, nos impedimentos do Dr. Herculano de Freitas.

Foi posto em -disponibilidade pelo decreto de 15 de julho de 1925.

Falleceu aos 18 de julho de 1928.

---

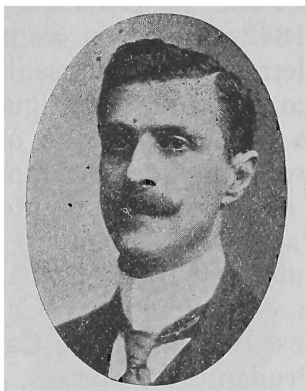
**50. DR. ULADISLAU HERCULANO DE FREITAS.**

Por decreto de 21 de março de 1891, foi o Dr. Uladislau Herculano de Freitas, nomeado lente cathedratico da segunda cadeira da primeira serie de notariado. Mais tarde, foi nomeado director da Faculdade de Direito.

---

**51. DR. JESUINO UBALDO CARDOSO DE MELLO**

Nasceu em Areias, na provincia de São Paulo, aos 16 de maio de 1865, filho do Dr. José Joaquim Cardoso de Mello e de D. Emiliana Gomes Guimarães.



*Dr. Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello*

Matriculando-se na Faculdade de Direito de São Paulo, seguiu o curso desta até o quarto anno. O quinto anno, fel-o na Faculdade de Direito do Recife, para onde se transferiu e onde se bacharelou, em 1885.

Formado, regressou a São Paulo. Advogou e redigiu *A Gazeta do Povo*, de que foi redactor chefe e proprietario. Dedicou-se á propaganda abolicionista e republicana, assistindo a proclamação da Republica, ao lado de Quintino Bocayuva e do Marechal Deodoro da Fonseca, de quem era amigo dedicado.



Por decreto de 21 de março de 1891, foi nomeado lente cathedratico de direito patria constitucional e administrativo, primeira cadeira da primeira serie de notariado, da Faculdade de Direito de São Paulo, na qual já havia defendido theses e recebido o grau de doutor, em 1887.

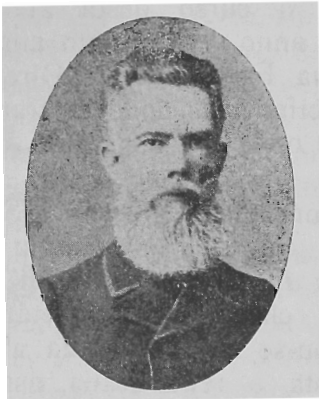
Tomou posse em 27 de abril de 1891 e foi exonerado, a pedido, por decreto de 11 de junho de 1894, merecendo da Congregação um voto de louvor pelos seus serviços, por proposta do Dr. João Monteiro.

Foi primeiro delegado auxiliar de São Paulo, na primeira presidencia do Dr. Rodrigues Alves, sendo chefe de policia o Dr. Oliveira Ribeiro. Deputado federal por São Paulo de 1903 a 1911. Em 7 de abril de 1913 foi nomeado secretario da presidencia da Republica e, logo depois, ministro do Tribunal de Contas, cargo que ainda exerce.

---

## 52. DR. ANTONIO DE CAMPOS TOLEDO.

Filho de José de Toledo Piza e de D. Maria Dulcelina de Campos, nasceu em Porto Feliz, na provincia de São Paulo, aos 2 de janeiro de 1842. Estudou as primeiras letras com monsenhor



*Dr. Antonio de Campos Toledo*

Francisco de Paula Rodrigues, o Padre Chico, o grande orador sacro, com quem se aperfeiçoou no latim. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1859, bacharelando-se em 1863, com Campos Salles, Bernardino de Campos e Prudente de Moraes.

Foi deputado provincial em diversas legislaturas.

Advogou, por largo tempo, em Tieté, com seu tio, o Dr.

Domingos de Almeida Campos.

Nomeado lente cathedratico de legislação sobre o direito privado, terceira cadeira da terceira serie de sciencias sociaes por decreto de 21 de março de 1891, tomou posse a 27 de abril; logo pediu e obteve exoneração, por decreto de 1 de agosto do mesmo anno.

Falleceu em Tieté aos 22 de julho de 1902.

---

### 53. DR. ANTONIO JANUARIO PINTO FERRAZ.

Nomeado lente cathedratico da primeira cadeira da segunda serie do notariado, por decreto de 21 de março de 1891, era, já em disponibilidade, no centenario da fundação dos cursos juridicos, o director da Faculdade de Direito de São Paulo.

---

### 54. DESEMBARGADOR DR. AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO.

Filho do Visconde de Sepitiba, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, e de D. Narcisa Amalia de Andrada Vandelli de Oliveira Coutinho. Nasceu na Côrte, aos 19 de janeiro de 1847.



*Desembargador Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho*

Conselheiro Francisco Octaviano.

Iniciou os seus estudos primarios sob a direcção do Conselheiro Adolpho Manoel Victorio da Costa. Continuou-os no Collegio do Caraça, o famoso collegio mineiro, de onde veio matricular-se, em 1866, na Faculdade de Direito de São Paulo. Recebeu o grau de bacharel em 12 de novembro de 1870, e foi advogar na Côrte, entrando para o escriptorio do

Entrou para a magistratura, sendo, em 1874, nomeado juiz municipal de Amparo, na provincia de São Paulo, onde terminou o quatriennio, que o habilitou para juiz de direito, em 1877, na cidade do Prata, da provincia de Minas Geraes. Foi removido, em 1879, para a comarca de Barbacena, na mesma provincia.

Chefe de policia na Côrte, logo depois voltou para a magistratura, como juiz de direito de Taubaté, de 1882 a 1889, anno em que foi declarado avulso, a pedido.

Veu para São Paulo como gerente da caixa filial do Banco do Brasil.

Por decreto de 21 de março de 1891, foi nomeado lente cathedratico de historia do direito, cadeira da qual se empossou em 27 de abril, quando recebeu o grau de doutor.

Deixou reputação de professor notavel e falleceu em Tremembé aos 20 de abril de 1897.

Traduziu, colligiu e escreveu varios trabalhos literarios, tendo prefaciado as *Madresilvas* de Brasilio Machado e um drama de Ubaldino do Amaral. Deixou iniciadas tres obras de direito.

Concedeu-lhe o governo imperial as honras e o titulo de Desembargador, quando chefe de policia da Côrte.

---

## 55. DR. AUGUSTO CESAR DE MIRANDA AZEVEDO.

Paulista, de Sorocaba. Filho do Dr. Antonio Augusto Cesar de Azevedo e de D. Anna Eufrosina de Miranda Azevedo, nasceu aos 10 de outubro de 1851. Estudou as primeiras letras em São João do Principe, depois em Cabo Frio e em Petropolis. Frequentou o Collegio Pedro II. Matriculou-se, em 1869, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, doutorando-se em 1874.



Dr. Augusto Cesar de Miranda  
Azevedo

Desde estudante, foi ardoroso republicano. Tomou parte activa no Club Republicano e collaborou n'*A Republica*, ganhando renome como propagandista.

Desde estudante, foi ardoroso republicano. Tomou parte activa no Club Republicano e collaborou n'*A Republica*, ganhando renome como propagandista.

Clinicou em Guaratinguetá, em Cruzeiro e em São Paulo.

Fez parte da Commissão Permanente do Partido Republicano, com Raphael de Barros, Cerqueira Cesar, Mello Oliveira e Manoel Lopes de Oliveira.

Deputado, na presidencia Americo Brasiliense, tomou parte na Constituinte Paulista e foi o primeiro presidente da Camara dos Deputados.

Por decreto de 21 de março de 1891, foi nomeado lente cathedratico de hygiene publica terceira cadeira da segunda serie da Faculdade de Direito de São Paulo, da qual tomou posse a 27 de abril seguinte.

Envolvido nos acontecimentos politicos de 1892, foi preso e seguiu para o Rio de Janeiro, sendo annistiado em 1893. Assumiu a direcção da *A Federação* e outrós jornaes, nos quaes se mostrou grande polemista.

Tomou parte, em 1893, no Oitavo Congresso Internacional de Hygiene e Demographia de Buda-Pest.

Ao regressar, encontrou-se eleito deputado estadual, exercendo o mandato de 1895 a 1900. Foi deputado federal na quarta legislatura.

Supprimida a sua cadeira, foi posto em disponibilidade.

Falleceu em 1 de março de 1907.

---

## 56. DR. ERNESTO MOURA.

Filho do Dr. Francisco Honorato de Moura e de D. Anna Balbina de Almeida Moura, nasceu em São Paulo em 1 de novembro de 1865. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1882 e bacharelou-se em 15 de novembro de 1886.



*Dr. Ernesto Moura*

Por decreto de 1 de agosto de 1891, foi nomeado lente cathedratico de legislação sobre o direito privado, terceira cadeira da terceira serie de sciencias sociaes, da qual tomou posse em 10 do mesmo mez.

Por decreto de 7 de fevereiro de 1892, foi designado para a cadeira de legislação comparada sobre o direito privado; e, extincta esta cadeira, pela reforma de ensino de 1911, foi posto em disponibilidade, pelo decreto de 23 de maio de 1911.

Exerce a advocacia no Rio de Janeiro.

---

1892

57. DR. MANOEL PEDRO VILLABOIM.

Bahiano. Filho do Conselheiro Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim e de D. Umbelina de Oliveira Passos Villaboim, nasceu, aos 16 de julho de 1867, no municipio da Cachoeira, provincia da Bahia.



*Dr. Manoel Pedro Villaboim*

Matriculou-se, com autorização especial, pois não tinha a idade regulamentar, em 1882, na Faculdade de Direito do Recife. Bacharelou-se em 1885, sendo logo nomeado promotor publico de Victoria, capital da provincia do Espirito Santo. Juiz municipal, em 1889, de Cachoeiro do Itapemirim, foi em 1890, juiz de direito

de Itabapoan, no Estado do Espirito Santo.

Lente substituto, por decreto de 2 de maio de 1891, da quinta secção da Faculdade de Direito de São Paulo (theoria e pratica do processo), tomou posse em 9 de junho seguinte, recebendo o grau de doutor.

Por decreto de 23 de dezembro de 1892, foi nomeado lente cathedratico de direito administrativo, primeira cadeira da terceira serie de sciencias sociaes depois de unanimemente approved em concurso.

Por decreto de 7 de fevereiro de 1896, foi designado para cathedratico de direito administrativo e sciencia da administração.

Advogado habilissimo, conquistou larga clientela, ainda exerce a nobre profissão, sem embargo da sua carreira politica, iniciada ao lado de Francisco Glycerio, em 1897 Redigiu *A Nação*. Foi deputado estadual em 1910 e 1913. Como candidato de opposição á politica domi-

nante em São Paulo, foi eleito deputado federal em 1915, tendo sido depois reeleito, sendo o *leader* da maioria na presidência Washington Luis.

E' juiz permanente do Tribunal de Justiça Internacional de Haya.

## 1894

### 58. DR. ALFREDO MOREIRA DE BARROS OLIVEIRA LIMA.

Natural do Piauí. Bacharelou-se em 1883, na Faculdade de Direito do Recife.

Por decreto de 7 de março de 1891, foi nomeado lente substituto da primeira secção da Faculdade de Direito de São Paulo. Tomou posse em 8 de maio e recebeu o grau de doutor.

Por decreto de 31 de dezembro de 1894, foi nomeado lente cathedratico de direito das gentes, diplomacia e tratados, primeira cadeira da segunda serie social, da qual tomou posse em 23 de janeiro de 1895.

Pouco tempo depois, e por molestia grave, aposentou-se.

Falleceu em 1927

---

## 1895

### 59. DR. JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA.

Nasceu na villa de Entre Rios, na provincia da Bahia, em 1863, filho do Capitão Hermogenes Ferreira Baptista e de D. Maria Izabel da Visitação Baptista.

Nomeado lente substituto da segunda secção da Faculdade de direito de São Paulo, tomou posse em 23 de junho, recebendo o grau de doutor. Transferiu-se para a primeira secção, por decreto de 21 de janeiro de 1895;

e, por decreto de 14 de fevereiro desse mesmo anno, foi nomeado lente cathedratico de explicação succinta de direito patrio constitucional e administrativo, primeira cadeira da primeira serie do curso de notariado, de que tomou posse em 1 de abril.

Por decreto de 12 de novembro de 1896, foi-lhe designada a primeira cadeira de economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado, da qual tomou posse em 10 de dezembro.

Posto em disponibilidade pelo decreto de 8 de fevereiro de 1901, aposentou-se pelo decreto de 23 de maio de 1914.

---

## 60. DR. SEVERINO DE FREITAS PRESTES.

Nasceu aos 23 de março de 1859, em Porto Alegre, capital da provincia do Rio Grande do Sul. Filho do Dr. Antonio Pereira Prestes.

Matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1875. Bacharelou-se em outubro de 1879 e, no mez seguinte, inscreveu-se para defesa de theses. Foi aprovado e recebeu o grau de doutor em 1880.

Quando estudante redigiu *A Republica*.

Formado, abriu escriptorio de advocacia em Porto Alegre, onde seu pae acabava de fallecer. Ahi, dirigiu *A Reforma*.

Vindo para São Paulo, em consequencia da lucta civil, inscreveu-se, e foi o unico, no concurso aberto para a vaga de lente substituto da terceira secção (direito romano, historia do direito nacional e legislação sobre o direito privado). Aprovado e nomeado por decreto de 29 de julho de 1893, tomou posse em 5 de agosto.

Por decreto de 8 de agosto de 1895, foi nomeado lente cathedratico direito criminal, quarta cadeira da segunda serie juridica, em successão ao Dr. Leite de Moraes. Tomou posse a 16 de setembro de 1895, mas falleceu em 10 de setembro de 1896.



Obra publicada:

— *Licções de Direito Criminal*. Collecionadas e redigidas por Francisco de Castro Junior, estudante da Faculdade de Direito de São Paulo. Laemmert & Cia., editores. 1897.

---

1897

61. DR. JOÃO PEDRO DA VEIGA FILHO.

Mineiro, de Campanha, onde nasceu aos 18 de maio de 1862, filho do Commendador João Pedro da Veiga e de D. Theresa Alexandrina Gomes da Veiga. Sobrinho-neto de Evaristo da Veiga, o da *Aurora Fluminense*, e do notavel parlamentar do segundo imperio.



Dr. João Pedro da Veiga Filho

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1881 e, quando estudante, redigiu *A Ordem*. Fez parte de varios clubs academicos. Exerceu o magisterio e chegou a chefe de secção da secretaria do Governo. Bacharelou-se em 1886 e abriu banca de advogado na cidade de S. Paulo.

Entrou em concurso em 1893 e foi, por decreto de 20 de outubro, nomeado lente substituto da quarta secção da Faculdade de Direito de São Paulo (economia politica, sciencia das finanças, contabilidade do Estado, direito administrativo e sciencia da administração). Tomou posse em 27 do mesmo mez. Por decreto de 12 de maio de 1897, foi nomeado lente cathedratico de historia do direito e, especialmente, do direito nacional, terceira cadeira do quinto anno, tomando posse em 1 de junho, como substituto do desembargador Dr. Aureliano Coutinho.

Ficou em disponibilidade, em 1901, em virtude da reforma do ensino, que supprimiu a sua cadeira. Mas, por decreto de 21 de maio de 1908, foi nomeado para reger a cadeira de philosophia de direito, na vaga do Dr. Pedro Lessa, nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Tomou posse em 27 do mesmo mez e proferiu a lição inaugural publicada na *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, vol. 15, pag. 15. Não se conformando com essa nomeação, pois tinha direito a accesso, o lente substituto Dr. João Braz de Oliveira Arruda propoz acção contra a União, conseguindo annullar aquelle decreto, em 1910. Pouco depois fallecia o Dr. João Pedro da Veiga Filho, em 9 de março de 1911.

Culto e operoso, a sua actividade se desdobrou, fecundamente. Desempenhou os mandatos de vereador e de deputado estadual, especializando-se em assumptos economicos e financeiros. Secretariou, durante algum tempo, a Associação Commercial de São Paulo. Foi um dos fundadores da Escola de Commercio Alvares Penteado, á qual prestou assignalados serviços, e da Sociedade Paulista de Agricultura.

Vasta a sua bibliographia :

— *Preliminares de Direito Commercial*. Estudo academico. 1884.

— *O Voto e a Eleição*. Estudo academico. 1885.

— *Armazens alfandegados*, 1888.

— *Synopse Commercial de São Paulo*, 1891.

— *O proteccionismo*. Dissertação de concurso. 1893.

— *Estudos economicos e financeiros sobre o Estado de São Paulo*, 1896.

— *Manual da Sciencia das Finanças*. Obra acata-dissima. Primeira edição em 1898; segunda, em 1906; terceira em 1917; a quarta em 1923.

— *Convenio financeiro do Brasil*, 1899.

— *A condição legal dos syndicatos agricolas*, 1904.

— *Synthese da questão do café*, 1906.

— *Bolsa do Café, Caixa de Liquidação e Classificação em Santos.* Valioso parecer, de que foi relator, das comissões reunidas de Fazenda e Contas e de Agricultura da Camara dos Deputados de São Paulo, de que resultou a criação da Camara Syndical dos Corretores de Café em Santos. 1907.

— *A hulha branca em São Paulo*, 1910.

---

## 1901

### 62. DR. JOSÉ MARIANO CORRÊA DE CAMARGO ARANHA.

Nasceu em Rio Claro, na provincia de São Paulo, aos 8 de junho de 1867, filho legitimo de João Corrêa de Camargo Aranha e de D. Elisa Alvares Machado de Camargo Aranha. Fez os seus primeiros estudos na fazenda Santa Maria, de propriedade de seus paes, tendo por mestre o educador José Peter, que foi, mais tarde, lente do Gymnasio de São Bento. Fez quasi todos os preparatorios no Seminario Episcopal e frequentou, tambem, o Curso Annexo.



*Dr. José Mariano Corrêa de  
Camargo Aranha*

Matriculado no primeiro anno da Faculdade de Direito de São Paulo em 1890, bacharelou-se em sciencias sociaes

em 1893 e em sciencias juridicas 1896.

Por decreto de 5 de julho de 1897, foi nomeado, por concurso, lente substituto da primeira secção. Recebeu o grau de doutor em 12 do mesmo mez, dia de sua posse.

Por decreto de 12 de janeiro de 1901, foi nomeado lente cathedratico de direito publico e constitucional, tomando posse da cadeira em 1 de fevereiro.

Em 1902, por portaria de 1 de maio, foi transferido, por permuta com o Dr. Uladislau Herculano de Freitas, para a cadeira de direito criminal, especialmente direito militar e regimen penitenciario. Por decreto de 17 de maio de 1911, foi nomeado professor ordinario da cadeira de theoria e pratica do processo criminal, da qual tomou posse no dia 26.

Monarchista intransigente, foi redactor chefe do jornal *O Imperio*.

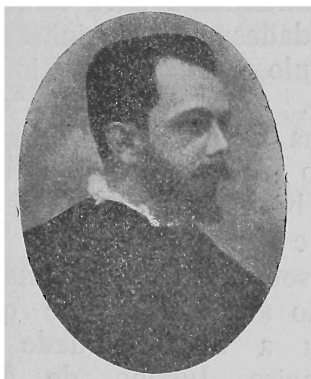
Falleceu em 27 de setembro de 1913.

Deixou apenas as suas *Prelecções de Direito Criminal*, tachygraphadas e publicadas por Augusto Moreira Soares. São Paulo, 1906.

---

### 63. DR. GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DE REZENDE

Mineiro, nasceu na cidade de Campanha aos 21 de agosto de 1869, filho do Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim e de D. Vitalina Novaes de Rezende.



Dr. Gabriel José Rodrigues  
de Rezende

Seu pae, humanista e jurista, foi seu primeiro professor. Fez alguns preparatorios no Externato Jasper, no Rio de Janeiro, e outros no Curso Anexo á Faculdade de Direito de São Paulo, na qual se matriculou em 1888. Recebeu o grau de bacharel em 7 de novembro de 1891. Foi, em 1892, nomeado juiz substituto de Ytú. Tomou posse, mas não exerceu o cargo. Entrou, em 1893, para o escriptorio de advocacia do Dr. Sá e Benevides, seu sogro, já então jubilado e exerceu a profissão até 1897. Nesse anno, approvedo em con-

curso, e por decreto de 9 de agosto, foi nomeado lente substituto da sexta secção da Faculdade de Direito de S. Paulo. Lente cathedratico de direito commercial, por decreto de 18 de maio de 1901, tomou posse da cadeira em 14 do mesmo mez. Substituiu seu primo, o Dr. Brasílio Rodrigues dos Santos.

Em 1916 foi eleito senador estadual, sempre reeleito. Falleceu em 18 de maio de 1923.

Deixou iniciado um *Curso de Direito Commercial* e publicado:

— *Curso de Fallencias*, professado na Faculdade de Direito de São Paulo. Duprat & Cia., editores. 1912.

---

## 1903

### 64. DR. REYNALDO PORCHAT.

Paulista, nasceu em Santos, aos 23 de maio de 1868, filho de Victorino Porchat e de D. Prudencia da Silva Porchat.

Iniciando-se, aos doze annos, na carreira commercial, abandonou-a para estudar humanidades, a principio em São Paulo e, depois, no Rio de Janeiro. Matriculou-se, em 1888, na Faculdade de Direito de São Paulo, fazendo um curso brilhantissimo. Poeta, orador e jornalista, ganhou renome, sobretudo na chamada "questão academica", de que resultou a disponibilidade do Conselheiro Justino de Andrade. Redigiu o jornal *A Republica*. Por muitos annos



Dr. Reynaldo Porchat

leccionou historia do Brasil no Lyceu de Artes e Officios, de que foi secretario.

Bacharelou-se em 26 de dezembro de 1891.

Approvado em concurso, foi nomeado lente substituto da primeira secção, por decreto de 18 de outubro de 1897. Tomou posse e recebeu o grau de doutor em 23 do mesmo mez.

Por decreto de 21 de julho de 1903, foi nomeado lente cathedratico de direito romano. Tomou posse da cadeira em 27 do mesmo mez e nella muito se salientou, pelo brilho das prelecções e pelã sua grande elegancia moral e intellectual. Era um dos lentes de mais prestigio no mundo academico e, com o Dr. Pedro Lessa, ambos lentes do primeiro anno, deu singular relevo ao ensino superior.

Desde 1915 representa, mercê de successivas reeleições, a Faculdade de Direito de São Paulo no Conselho Superior de Ensino e, depois, no Departamento Nacional do Ensino, não obstante aposentado desde 1925.

Exerceu, logo depois de formado, o cargo de delegado de policia na capital de São Paulo e, em 1925, renunciou ao seu mandato de senador estadual.

Foi um dos fundadores do Partido Democratico.

Obras publicadas:

— *A posição juridica dos Estados Federados perante o Estado Federal.* Disertação de concurso. 1897.

— *Curso Elementar de Direito Romano*, 2 vols.

— *Da retroactividade das leis civis.* Duprat & Cia., editores. São Paulo, 1909.

— *Da pessoa physica em direito romano.*

---

1908

65. DR. CÂNDIDO NAZIANZENO NOGUEIRA  
DA MOTTA.

Filho do velho educador Fernando Maria Nogueira da Motta e de D. Mariana Francisca da Motta, nasceu em Porto Feliz, na provincia de São Paulo. Iniciou os seus



*Dr. Candido Nazianzeno Nogueira  
da Motta*

estudos de humanidades em Capivary, com seu pae. Feitos os preparatorios, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1888, recebendo o grau de bacharel em 3 de novembro de 1891. Nomeado promotor publico de Amparo, foi transferido para segunda promotoria publica da comarca da Capital. Em 1896 foi delegado de policia, sendo chefe de policia o Dr. José Xavier de Toledo, mais tarde presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Exonerou-se para inscrever-se em concurso, na Faculdade de Direito, para a vaga aberta com a morte do Dr. Severino Prestes. Approvado, foi nomeado lente substituto por decreto de 19 de agosto de 1897 e cathedratico por decreto de 21 de maio de 1908.

Em 1898 foi eleito deputado estadual, tendo sido um dos membros da chamada dissidencia paulista. Militou no jornalismo. Representou o Brasil, em 1908, no Congresso Scientifico Pan Americano reunido em Santiago do Chile.

Em 1909, foi deputado federal por São Paulo e, em 1916, secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, na presidencia Altino Arantes. Eleito senador estadual, em 1922, no exercicio do mandato ainda se encontra.

Além de innumerous trabalhos parlamentares, publicou a monographia — *Classificação dos criminosos*, que foi a sua dissertação de concurso, que tanto successo fez em nosso cosmos juridico.

Existe della uma nova edição, de 1925.

---

66. DR. JOSÉ ULPIANO PINTO DE SOUZA.

Filho do Dr. Manoel Joaquim Pinto de Souza, nasceu em São Paulo aos 18 de setembro de 1869.

Matriculou-se, em 1888, na Faculdade de Direito de São Paulo, recebeu o grau de bacharel em 7 de novembro de 1891.



Dr. José Ulpiano Pinto de Souza

Aberto em 1896, o concurso para substituto da quarta secção, inscreveu-se e foi indicado, sendo nomeado por decreto de 27 de janeiro. Tomou posse, e recebeu o grau de doutor, em 4 de fevereiro.

Por decreto de 27 de agosto de 1908, foi nomeado lente cathedratico de direito civil, tomando posse da cadeira em 2 de setembro do mesmo anno.

Foi posto em disponibilidade em 1925.

Exerce a advocacia em São Paulo, desde muitos annos. Jurisconsulto de grande renome, tem uma obra publicada:

— *Das clausulas restrictivas da propriedade*. Commentarios ao art. 3 da lei successoria n. 1.839, de 31 de dezembro de 1907 — Escolas Profissionais Salesianas. S. Paulo, 1910.

---



## 67. DR. JOÃO BRAZ DE OLIVEIRA ARRUDA

Nasceu na fazenda Cascata, em Bananal, na provincia de São Paulo, em 16 de abril de 1861. Filho de Manoel Braz de Souza Arruda e de D. Alda Cordoville



*Dr. João Braz de Oliveira Arruda*

Barbosa de Souza Arruda, fez os seus primeiros estudos em Barra Mansa, no collegio do Dr. Miguel Archanjo. Frequentou o Collegio Abilio, dirigido pelo grande educador Dr. Abilio Cesar Borges, Barão de Maçahubas.

Matriculou-se, em 17 de abril de 1877, na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 5 de novembro de 1881.

Formado, exerceu a advocacia, abraçando depois a magistratura. Juiz substituto, em 1886, da comarca de Jaboticabal, foi removido para a de Campinas, onde permaneceu até 1890.

Voltou, de novo, á advocacia, na qual se havia iniciado em 1880 quando estudante do quarto anno de direito, sob a direcção do dr. Vieira de Carvalho. No Rio de Janeiro e no interior do Estado de São Paulo, firmou o seu renome como advogado e como jurisconsulto, dotado de uma vastissima cultura juridica, philosophica, social e literaria.

Inscreeveu-se, em 1906, no concurso aberto pela promoção do Dr. Reynaldo Porchat a cathedratico, tendo como oppositores Alonso Guyanaz da Fonseca, Luiz Gonzaga Mendes de Almeida, João Coelho Gomes Ribeiro, Francisco Eugenio de Toledo, José Mendes e Theophilo Benedicto de Souza Carvalho. Obteve o primeiro logar e foi nomeado, por decreto de 17 de outubro. Tomou posse em 29, recebendo o grau de doutor.

Por decreto de 18 de agosto de 1910, foi nomeado lente cathedratico de philosophia de direito, tomando posse a 13 de setembro.

Em razão da refôrma do ensino de 1911, foi designado professor ordinario da cadeira de introdução geral ao ensino do direito, ou encyclopedia juridica, por decreto de 19 de abril. Restaurada, pela reforma do ensino de 1925, a cadeira de philosophia de direito, voltou a leccional-a.

Obras publicadas:

— *Do casamento*. C. Manderbach & Cia. São Paulo, 1911.

— *Encyclopedia juridica*. Prelecções tacygraphadas e publicadas por Manuel Alves de Souza.

— *Philosophia do Direito*. Prelecções tachygraphadas e publicadas por Manuel Alves de Souza. Já tiveram duas edições, a ultima de 1916.

— *Decreto N.º 2.044, de 31 de dezembro de 1908, Annotado*. 2 vols. Escolas Profissionaes Salesianas. São Paulo, 1914 e 1915.

— *Quarenta annos de vida forense*. Escolas Profissionaes Salesianas. São Paulo, 1921.

— *Refôrma constitucional*. São Paulo, 1923.

— *União Sul-Americana*. Jacintho Ribeiro dos Santos, editor. Rio de Janeiro, 1924.

— *Do regimen democratico*. São Paulo Editora Ltda. São Paulo, 1925.

1911

68. DR. JOSÉ BONIFACIO DE OLIVEIRA  
COUTINHO.

Nasceu na Côrte, filho do Desembargador Dr. Aureliano de Souza Coutinho e de D. Joanna Delfina Victoria de Oliveira Coutinho, aos 6 de outubro de 1877.



*Dr. José Bonifácio de Oliveira  
Coutinho*

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1893 e recebeu o grau de bacharel em 8 de dezembro de 1896. Classificado em concurso de economia politica, recebeu o grau de doutor em 1898.

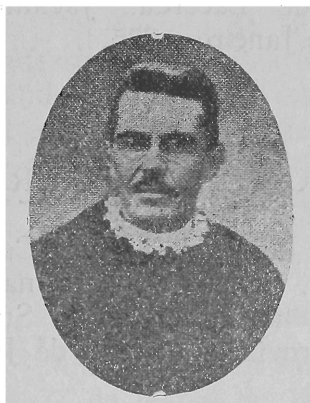
Approvedo em novo concurso, foi nomeado lente substituto da segunda secção, por decreto de 15 de junho de 1901, tomando posse a 22 do mesmo mez.

Por decreto de 3 de abril de 1911, foi nomeado lente cathedratico de direito internacional publico, privado e diplomacia; e, no mesmo anno, em 3 de outubro, falleceu em Paris, quando em commissão do governo federal.

---

## 69. DR. ESTEVAM DE ARAUJO ALMEIDA.

Fluminense. Nasceu aos 11 de dezembro de 1863, na freguezia de Porto das Caixas. Filho de Antonio de Araujo Almeida.



Dr. Estevam de Araujo Almeida

Fez os seus estudos preparatórios no Collegio São Luiz, de Ytú. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1881 e recebeu o grau de bacharel em 11 de março de 1886. Quando estudante, exerceu o magisterio particular, fazendo parte do corpo docente do Collegio Moretzsohn. Redigiu *A Reacção*, orgam do Circulo dos Estudantes Catholicos.

Nomeado, após á formatura, promotor publico de Campinas, exerceu o cargo com grande brilho, ao mesmo tempo em que se dedicava ao magisterio. Mudou-se para Limeira, onde advogou, por muitos annos, e dalli para Rio Claro, onde trabalhava de parceria com os Drs. Raphael Correia da Silva e Pinto Cesar.

Entrou em concurso para lente substituto de direito civil em 1909, tendo como oppositores os Drs. Osorio Dias de Souza, Raphael de Abreu Sampaio Vidal, Luiz Nunes Ferreira Filho e Theophilo Benedicto de Souza Carvalho. Obteve o primeiro logar e foi nomeado, por decreto de 8 de julho. Tomou posse em 15 do mesmo mez, recebendo o grau de doutor.

Por decreto de 19 de abril de 1911, foi designado professor ordinario da cadeira de pratica do processo civil e commercial, da qual tomou posse em 28 do mesmo mez.

Exerceu, por largo tempo, a advocacia em S. Paulo, sendo acatadissimo como jurisconsulto.

Falleceu em 19 de abril de 1926.

Obras publicadas, afóra innumerous trabalhos forenses:

— *O projecto do codigo civil na Camara e no Senado*. Typographia Siqueira. São Paulo, 1913.

— *Direito de familia*. Vol. VI do *Manual doCodigo Civil Brasileiro*, de Paulo de Lacerda. Jacintho Ribeiro dos Santos, editor. Rio de Janeiro, 1925.

---

## 70. DR. LUIZ BARBOSA DA GAMA CERQUEIRA.

Filho do conselheiro Francisco Januario da Gama Cerqueira e de D. Luiza de Toledo B. Gama Cerqueira, nasceu a 24 de novembro de 1865, na Parahyba do Sul, então provincia do Rio de Janeiro.



*Dr. Luiz Barbosa da Gama  
Cerqueira*

Matriculado no primeiro anno da Faculdade de Direito de São Paulo em 1882, recebeu o grau de bacharel em 9 de novembro de 1886. Formado, foi advogar em São José do Além Parahyba, com seu pae, e, apesar de ser este chefe proeminente do Partido Conservador de Minas, e ex-ministro do Imperio, o Dr. Gama Cerqueira fundou, com outros, o Partido Republicano, de que faziam

parte Joaquim Camillo de Brito, Pedro de Toledo e Paulo Fonseca.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Mineira, e, quando o marechal Deodoro deu o golpe de Estado, resignou o mandato, em signal de protesto. Abandonou, em 1895, a politica e, depois de occupar varios cargos electivos em São José de Além Parahyba, veio para São Paulo, onde abriu banca de advogado.

Tendo entrado em concurso, na Faculdade de Direito de São Paulo, para o lugar de lente substituto da sexta secção, direito criminal, foi aprovado, obtendo o primeiro lugar. Nomeado, por decreto de 8 de outubro de 1908, tomou posse em 31 desse mez, recebendo o grau de doutor em direito.

Por decreto de 19 de abril de 1911, foi declarado professor extraordinario effectivo da quarta secção, tomando posse a 12 de maio seguinte; e, logo depois, por decreto de 17 de maio do mesmo anno, professor ordinario da cadeira de direito criminal, da qual é um dos cathedra-ticos, tomando posse em 30 daquelle mez.

E' um dos fundadores do Partido Democratico de São Paulo.

## 71. DR. JOSÉ MENDES.

Mineiro, nasceu em Mutuca, hoje Villa Eloy Mendes, aos 27 de março de 1861, filho de Francisco de Salles Mendes e de D. Maria Isabel de Jesus. Pauperrimo, lu-



*Dr. José Mendes*

tou com grandes difficuldades para fazer os estudos primarios. Fez-se caixeiro e, assim, conseguiu peculio exiguo, que lhe permittiu mudar-se para Campanha, em cuja Escola Normal diplomou-se, em 1885. Foi professor publico em Christina.

Veu para São Paulo e matriculou-se, em 1887, na Faculdade de Direito, recebendo, sem embargo das difficuldades que se lhe depararam, o grau

de bacharel, em 10 de abril de 1891.

Formado, abriu banca de advogado em Mocóca. Trabalhador persistente conseguiu pequena fortuna, mudando-se depois, para S. Paulo, onde continuou a advogar.

Por decreto de 4 de janeiro de 1911, foi nomeado lente substituto da primeira secção, tomando posse em 14 do mesmo mez, quando recebeu o grau de doutor.

Por decreto de 3 de novembro de 1911, foi nomeado professor ordinario da cadeira de direito internacional publico e privado e diplomacia, da qual tomou posse em 11 do mesmo mez.

Foi um dos fundadores do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo.

Envolvido numa questão de terras, foi assassinado em Mocóca, em 28 de março de 1918.

Obras publicadas:

— *Ensaio de philosophia do direito*. 2 vols. São Paulo, 1905.

— *Das servidões de caminho* (Direito romano e patrio). Duprat & Cia. São Paulo, 1906.

— *Direito internacional publico*. Prelecções feitas na Faculdade de Direito de São Paulo. 1915.

---

## 1912

### 72. DR. MANOEL PACHECO PRATES.

Nasceu aos 16 de junho de 1856 em Sant'Anna do Livramento, na provincia do Rio Grande do Sul, filho de Luiz Pacheco Prates e de D. Maria do Carmo da Silva Prates.



Dr. Manoel Pacheco Prates

Estudou os preparatorios em Porto Alegre. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 31 de março de 1882, bacharelando-se em 17 de março de 1886, depois de ter feito o quarto anno na Faculdade de Direito do Recife. Formado, exerceu a promotoria publica em sua cidade natal, onde advogou até 1892. Em 1893, foi nomeado juiz seccionaI federal substituto e, de 1894

a 1911, exerceu os cargos de director geral da Instrucção

Publica do Rio Grande do Sul e de commissario de exames de preparatorios e fiscal dos gymnasios N. S. da Conceição e Anchieta.

De 1900 a 1911 foi lente cathedratico de direito romano da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Doutor em direito pela Universidade de Montevideo.

Por decreto de 19 de abril de 1911, foi nomeado professor extraordinario effectivo da Faculdade de Direito de São Paulo, empossando-se em 19 de junho do mesmo anno.

Por decreto de 16 de outubro de 1912, foi nomeado professor ordinario de direito civil, tomando posse da cadeira em 1 de novembro; e, pela resolução de 1 de junho de 1915 do Ministerio da Justiça e Negocio Interiores, foi designado professor cathedratico de direito civil.

Obras publicadas:

— *Theoria elementar da posse*, de que se tiraram duas edições.

— *Estudos de direito civil*. Prelecções feitas na Faculdade de Direito de São Paulo, e publicadas por seu filho, Dr. Manuel Martins Pacheco Prates. A segunda edição é de 1926.

---



### 73. DR. JOSÉ MANOEL DE AZEVEDO MARQUES.

Filho de Joaquim Candido de Azevedo Marques e de D. Rita de Mello e Azevedo Marques, nasceu em São Paulo aos 19 de fevereiro de 1865.



*Dr. José Manoel de Azevedo  
Marques*

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1881 e bacharelou-se em 1886. Promotor publico de Batataes, em 1886; juiz municipal do mesmo termo, em 1887; juiz de direito da Franca, em 1890 e de Batataes em 1890 — abandonou a magistratura e abriu escriptorio de advocacia em S. Paulo.

Deputado estadual em 1898, eleito, em 1899, deputado federal, fez parte da Comissão dos Vinte e Um, que estudou o projecto do codigo civil. Relator do parecer preliminar sobre o plano geral do projecto, da lei preliminar sobre o direito internacional privado e da parte geral sobre pessoas e cousas, desempenhou papel relevante em todos os trabalhos, tanto nas commissões, como no plenario.

Nomeado livre docente, em 22 de março de 1913, foi, logo depois por decreto de 31 de julho de 1913, nomeado professor extraordinario effectivo da setima secção, tomando posse em 10 de agosto.

Por decreto de 15 de outubro de 1913, foi nomeado professor ordinario da cadeira de theoria pratica do processo criminal, da qual tomou posse em 24 do mesmo mez, sendo, por acto de 24 de agosto de 1916, declarado professor cathedratico da mesma.

Ministro das Relações Exteriores de 1 de agosto de 1919 a 15 de novembro de 1922, sob a presidencia Epitacio Pessoa, foi, no anno seguinte, eleito presidente do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo.

Aposentou-se, por decreto de 16 de setembro de 1925.

Obras publicadas:

— *Na vida jurídica*, collectanea de monographias.

— *Acções de despejo e de alugueres de casa*, de que saíram duas edições.

— *A Hypotheca*. Doutrina, processo e legislação. Duas edições. A segunda é de 1925.

— *A acção possessoria no código civil brasileiro*. São Paulo, 1923.

— *Cinco estudos*. Typographia Siqueira. São Paulo, 1925.

## 1914

### 74. DR. DARIO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA RIBEIRO.

Nasceu em Christina, na provincia de Minas Geraes, em 20 de janeiro de 1877. Foram seus paes o Dr. Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro, que foi ministro do Supremo Tribunal Federal, e D. Elisa Augusta Ribeiro da Luz.



Dr. Dario Sebastião de Oliveira  
Ribeiro

Começou os seus estudos em sua cidade natal, continuando-os no Rio de Janeiro, nos gymnasios Fluminense e Brasileiro Allemão. Concluiu os preparatorios no Curso Anexo á Faculdade de Direito de São Paulo, na qual se matriculou, em 1894, depois de ter feito parte do batalhão academico, que formou ao lado do governo constituído e seguiu para o Rio.

Recebeu o grau de bacharel em sciencias sociaes em 1895 e o de bacharel em sciencias juridicas em 1896. Fez todo o curso juridico em tres annos, com distincção em todas as materias. Redigiu *A Republica* e já em 1895 tinha carta de

solicitador. Apresentou-se candidato ao concurso para lente substituto da segunda secção (economia politica, sciencia da administração e direito administrativo) em 1897. Classificado em primeiro logar e nomeado por decreto de 17 de janeiro de 1898, empossou-se em 21 do mesmo mez.

Por decreto de 13 de janeiro de 1901, foi designado substituto da terceira secção.

Por decreto de 29 de julho de 1914, foi nomeado professor ordinario de economia politica, na vaga aberta com o fallecimento do Dr. José Luiz de Almeida Nogueira, empossando-se a 3 de agosto.

Deputado estadual em 1916.

Jubilou-se por decreto de 18 de novembro de 1920.

Continuou a exercer a advocacia em São Paulo.

---

## 1917

### 75. DR. MANUEL AURELIANO DE GUSMÃO.

Natural de São Luiz de Quitundo, da provincia de Alagôas. Filho de José Antonio de Gusmão e de D. Antonia Joaquina de Gusmão, nasceu aos 19 de outubro de 1857. Matriculou-se, em 1876, na Faculdade de Direito do Recife, onde se bacharelou em 1880.



*Dr. Manuel Aureliano de Gusmão*

Nomeado promotor publico da comarca de Imperatriz, na sua provincia, não acceitou o cargo, vindo a servir em S. João da Barra, na provincia do Rio de Janeiro, até ser nomeado juiz municipal e de orphams do termo de Pindamonhangaba, na provincia de São Paulo, de onde foi removido para Ribeirão Preto, como juiz de direito, exercendo o cargo até

1897. Abandonou-o para dedicar-se á advocacia e á politica. Vereador, prefeito, presidente da Camara Municipal de Ribeirão Preto, foi, em 1904, eleito deputado estadual, até 1915, data em que foi eleito senador estadual, sempre reeleito.

Approvedo em concurso, foi nomeado professor extraordinario effectivo da setima secção da Faculdade de Direito de São Paulo, por decreto de 20 de outubro de 1914. Tomou posse em 28 do mesmo mez. Declarou-o o governo professor substituto da cadeira de theoria e pratica do processo civil e commercial da setima secção, consoante apostilla de 1 de junho de 1915.

Por decreto de 10 de janeiro de 1917, foi nomeado professor cathedratico de theoria e pratica do processo civil e commercial, na vaga aberta pela nomeação do Dr. João Mendes de Almeida Junior para o Supremo Tribunal.

Falleceu em 7 de agosto de 1922.

Era um dos membros da commissão incumbida de elaborar o projecto do codigo do processo para o Estado de São Paulo.

Obras publicadas.

— *Cousa julgada*. Dissertação de concurso. Duprat & Cia., editores. São Paulo, 1914.

— *Processo Civil e Commercial*. Explanação de um programma. 2 vols. Livraria Academica, editora. O 1.º saiu em 1921, e está em segunda edição. O 2.º saiu em 1924. Completou a obra iniciada, dando o 3.º vol. em 1925, o Dr. Jorge Americano, notavel jurista e deputado estadual.

---

1918

76. DR. THEOPHILO BENEDICTO DE SOUZA  
CARVALHO

Filho do Dr. Francisco Aurelio de Souza Carvalho, nasceu em São Paulo em 1 de dezembro de 1869.

Recebeu o grau de bacharel em 19 de dezembro de 1892, na Faculdade de Direito de São Paulo.



*Dr. Theophilo Benedicto de Souza  
Carvalho*

Foi, em 1905, juiz de paz na Capital.

Inscreeveu-se em varios concursos abertos na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1897, em 1902, em 1909, em 1910 e 1911. Disputou a livre docencia em 1911 e a obteve em 28 de outubro de 1914 com o Dr. Manoel Aureliano de Gusmão. Neste mesmo anno, por decreto de 20 de outubro, foi nomeado professor extraordinario effectivo da primeira secção.

Tomou posse em 28 do mesmo mez, recebendo o grau de doutor; e, por decreto de 29 de maio de 1918, foi nomeado professor cathedratico de direito internacional publico e privado, da qual tomou posse em 10 de junho seguinte.

Exerce a advocacia em São Paulo.

Obra publicada

— *Miscellanea Juridica*, Duprat & Cia. S. Paulo, 1912.

---

1919

77. DR. FREDERICO VERGUEIRO STEIDEL.

Nasceu em São Paulo, aos 21 de fevereiro de 1867. Foram seus paes Ernesto Conrado Steidel e D. Balbina Vergueiro Steidel.



*Dr. Frederico Vergueiro Steidel*

Fez os seus primeiros estudos com seus paes, continuando-os no Collegio Moretzsohn. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1882 e bacharelou-se em 15 de novembro de 1887. Formado, foi advogar em Santos, no escriptorio de seu tio, o Dr. José da Silva Vergueiro. Nomeado promotor publico da comarca de Santos, exerceu o cargo até 1891, época em que transferiu seu escriptorio de advocacia para São Paulo.

Approvado em concurso, foi nomeado lente substituto da setima secção, por decreto de 17 de maio de 1902, empossando-se em 26 do mez, quando recebeu o grau de doutor.

Por decreto de 9 de abril de 1919, foi nomeado professor cathedratico de direito commercial, em substituição ao Dr. Brasílio Machado. Tomou posse em 7 de maio seguinte. Professor assiduo e severo, justiceiro e bom, gozou de um alto prestigio, a que emprestou maior relevancia o seu cargo de presidente da Liga Nacionalista de São Paulo, na qual, por muitos annos, dirigiu as mais impressionantes campanhas nacionaes destes ultimos tempos.

Foi, com o grande poeta e jurista, Dr. Vicente de Carvalho, um dos fundadores da Sociedade de Cultura Artistica. Bem assim, do Lyceu Franco Brasileiro, motivo por que recebeu do governo francez o titulo de *Offi-*

*cier de l'Instruction Publique.* Foi, durante mais de vinte annos, primeiro procurador da Santa Casa de Misericordia. Presidiu a Companhia Iniciadora Predial, desde sua fundação.

Advogado e juriconsulto, deixou publicados innumeros trabalhos forenses e algumas das suas prelecções foram publicadas, em 1915, pelo seu alumno Pedro Alcantara Lopes da Silva, sob o titulo *Das fallencias*, em dois fasciculos. Edição da Casa Vanorden.

Falleceu em 23 de agosto de 1926.

Em egual data, de 1927, foi inaugurado, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de São Paulo, o seu busto em bronze, homenagem de seus admiradores e dos seus companheiros da Liga Nacionalista.

Substituiu-o, na cadeira de direito commercial, o livre docente e depois professor cathedratico Dr. Waldemar Martins Ferreira.

---

## 1920

### 78. DR. JOSÉ JOAQUIM CARDOSO DE MELLO NETO.

E' filho do Dr. José Joaquim Cardoso de Mello Junior, juiz de direito e chefe de policia da capital, no antigo Imperio, e um dos mais conceituados advogados do fôro paulistano, e de D. Adalgisa Pinto Cardoso de Mello, já fallecida. Nasceu em São Paulo, aos 19 de julho de 1883.



Dr. José Joaquim Cardoso de Mello Neto

Fez todos os preparatorios na Escola Complementar, annexa á Escola Normal da Capital de São Paulo, obtendo distincção em todo o curso. Professor, aos 16 annos, do grupo escolar da Bella Vista, pouco tempo occupou esse cargo, pois logo fez exame de madurez, no Gymnasio do Es-

tado da Capital de S. Paulo, matriculando-se, em 1901, no primeiro anno da Faculdade de Direito de São Paulo. Tomou parte em quasi todos os acontecimentos academicos de sua epoca, tendo sido eleito presidente do Circulo Juridico Academico, passando a trabalhar no escriptorio de advocacia de seu pae. Recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 26 de agosto de 1906.

Em 1917, fez concurso para o logar de professor substituto da quinta secção da Faculdade de Direito de São Paulo (Direito Administrativo e Sciencia da Administração; Economia Politica e Sciencia das Finanças), tendo sido classificado em primeiro logar. Foi nomeado lente substituto por decreto de 11 de outubro de 1917, tomando posse e recebendo o grau de doutor em direito em 18 do mesmo mez e anno.

Por decreto de 2 de dezembro de 1920, foi nomeado professor cathedratico de economia Politica e Sciencias das Finanças, tomando posse da cadeira em 21 do mesmo mez.

Advogado e director da S. A. Central Electrica Rio Claro e Francana de Electricidade, foi um dos fundadores da Liga Nacionalista de S. Paulo, do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo, entrando a militar na politica, em 1926, como um dos fundadores do Partido Democratico de São Paulo, do qual é um dos directores.

Obras publicadas:

— *A acção social do Estado*. Dissertação de concurso. Secção de Obras do "O Estado de São Paulo". — São Paulo, 1917.

— *Discriminação de rendas entre a União e os Estados*. Dissertação de concurso. Secção de Obras do "O Estado de S. Paulo". — São Paulo, 1917.

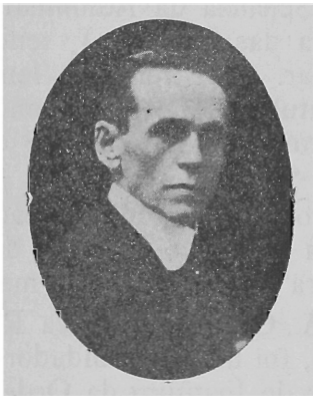
---



1922

79. DR. FRANCISCO ANTONIO DE ALMEIDA MORATO.

Nasceu em Piracicaba, na provincia de São Paulo, em 17 de outubro de 1868, filho de Antonio Morato de Carvalho e de D. Ambrosina de Almeida Morato.



*Dr. Francisco Antonio de Almeida Morato*

Estudou humanidades no Collegio Moretzsohn e prestou os exames de preparatorios no Curso Anexo á Faculdade de Direito de São Paulo, na qual se matriculou em 1884 bacharelando-se em 30 de outubro de 1888.

Formado, abriu banca de advogado em Piracicaba, onde exerceu o cargo de promotor publico, o de vereador, o de inspector escolar, o de provedor da Santa Casa de Misericordia.

Vindo para São Paulo, com grande renome de advogado e de jurista, entrou para o escriptorio do Dr. Estevam de Almeida, do qual logo depois se separou, sem prejuizo da grande estima e admiração que reciprocamente os unia. Foi um dos fundadores do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo e seu presidente de 1916 a 1922 e de 1925 a 1927

Approvado em concurso, foi nomeado professor substituto da setima secção da Faculdade de Direito de São Paulo, por decreto de 31 de outubro de 1917. Tomou posse em 13 de novembro, data em que recebeu o grau de doutor.

Por decreto de 13 de setembro de 1922, foi nomeado professor cathedratico de pratica do processo civil e commercial, tomando posse em 2 de outubro seguinte.

Dotado de grande cultura jurídica e literaria, jurisconsulto e advogado, foi um dos fundadores do Partido Democratico, do qual é um dos directores, e pelo qual foi, em 1927, eleito deputado federal por São Paulo, revelando-se um dos nossos mais consagrados oradores parlamentares.

Além de innumerous trabalhos forenses e de artigos e pareceres em revistas juridicas, publicou as seguintes obras:

— *De como constitue a carta testemunhavel um recurso especial*. Dissertação de concurso. São Paulo, 1917.

— *Da prescripção nas acções divisorias*. Dissertação de concurso. São Paulo, 1917.

---

## 1923

### 80. DR. OCTAVIO MENDES.

Nasceu em Campinas, provincia de São Paulo, aos 12 de abril de 1869, filho de Manuel Francisco Mendes e de D. Leopoldina da Cunha Mendes.



*Dr. Octavio Mendes*

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1885 e recebeu o grau de bacharel em 5 de novembro de 1889.

Foi promotor publico em Campinas, procurador da Republica em São Paulo e juiz de direito de Sorocaba, de 1892 a 1894.

Abriu banca de advogado em São Paulo.

Por decreto de 2 de junho de 1920, foi nomeado professor substituto da sexta secção da Faculdade de Direito. Tomou posse em 8 de junho do mesmo anno, recebendo o grau de doutor.

Por decreto de 16 de julho de 1923, foi nomeado professor cathedratico de direito commercial, em substituição ao Dr. Gabriel de Rezende. Empossou-se em 20 de agosto.

Innumeros são os seus trabalhos forenses.

Obras publicadas:

— *Da posição juridica do debenturista em face da fallencia.* Dissertação de concurso. São Paulo, 1919.

— *Os socios de responsabilidade illimitada de uma sociedade mercantil são commerciantes?* Dissertação de concurso. São Paulo, 1919.

— *Da hypotheca naval no Brasil.* Dissertação de concurso. São Paulo, 1919.

Estas tres dissertações foram reunidas em um volume, com o titulo de *Ensaios de Direito Commercial.*

---

## 1925

### 81. DR. RAPHAEL CORRÊA DE SAMPAIO.

Paulista, de Pirassununga, onde nasceu aos 21 de dezembro de 1873, filho de Geraldo Augusto de Sampaio e de D. Isabel Maria de Azevedo Sampaio.



Dr. Raphael Corrêa de Sampaio

Matriculou-se da primeira e segunda series de sciencias juridicas e de sciencias sociaes, na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1895 e recebeu o grau de bacharel em 3 de dezembro de 1896.

Exerceu, interinamente, a promotoria publica da capital de São Paulo. Foi secretario effectivo do antigo Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo; orador dos Instituto Historico e Geographico; presidente do conselho superior da Caixa Economica Federal.

Redigiu a *Gazeta Juridica*, revista de que se tornou proprietário.

Entrou em concurso, em 1900, para a cadeira de direito commercial, tendo como oppositores os Drs. Manoel Pereira Guimarães, Arlindo de Carvalho Pinto, Alfredo de Vilhena Valladão, Estevam de Araujo Almeida e Antonio Carlos da Rocha Fragoso, mas o concurso após o julgamento foi annullado.

Entrou para a politica, sob a orientação do general Pinheiro Machado, dirigindo, então o jornal *São Paulo*, foi eleito deputado estadual, e é, actualmente, senador estadual.

Nomeado professor extraordinario effectivo da primeira secção da Faculdade de Direito de São Paulo, por decreto de 19 de abril de 1911, tomou posse e recebeu o gráu de doutor a 28 do mesmo mez; mas foi logo, por decreto de 7 de julho, transferido para a quarta secção.

Pela resolução de 12 de junho de 1915, do Ministerio de Justiça e Negocios Interiores, foi declarado professor substituto da cadeira de direito penal e theoria e practica do processo criminal.

Por decreto de 6 de maio de 1925, foi nomeado professor cathedratico de direito penal militar e respectivo processo, tendo tomado posse em 14 do mesmo mez.

Exerce a advocacia em São Paulo.

Obra publicada.

— *Discursos historicos.*

---

## 82. DR. BRAZ DE SOUZA ARRUDA.

Nasceu em Campinas, aos 3 de fevereiro de 1895, filho do professor Dr. João Braz de Oliveira Arruda e de D. Maria Luiza Barbosa Arruda.



*Dr. Braz de Souza Arruda*

Matriculou-se, em 1912, na Faculdade de São Paulo e bacharelou-se em 13 de dezembro de 1916. Fez um curso brilhantissimo, obtendo distincção em todos os exames, como já o fizera no curso secundario.

Abrindo-se o concurso para substituto da quinta secção, economia politica e sciencia das finanças e direito administrativo, em 1917, nelle se inscreveu e foi approved, por unanimidade de votos. Foi nomeado livre docente, por portaria de 2 de maio de 1919, tomando posse na mesma data.

Por decreto de 23 de junho de 1920, approved em novo concurso, foi nomeado professor substituto da segunda secção, tomando posse em 5 de julho, quando recebeu o grau de doutor.

Por decreto de 6 de maio de 1925, foi nomeado professor cathedratico de direito publico internacional, tomando posse da cadeira em 14 do mesmo mez.

E' o mais jovem dos professores da Faculdade de Direito de São Paulo.

Operoso, tem publicado varios trabalhos juridicos na *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, vols. 21 e 22, e, em volume, editou as suas dissertações de concurso, em 1919.

---

### 83. DR. JOSÉ AUGUSTO CESAR.

Filho do Dr. José Pedro Marcondes Cesar e de D. Anselmina Bueno Marcondes de Souza, nasceu em Lorena, na provincia de São Paulo, em 18 de fevereiro de 1879.



*Dr. José Augusto Cesar*

Fez os primeiros estudos no Collegio Diocesano de São Paulo e estudou preparatorios no Curso Anexo á Faculdade de Direito de São Paulo, na qual se matriculou em 1895. Recebeu o grau de bacharel em 15 de novembro de 1897.

Advogou em São Paulo e, depois, em Brotas, de onde regressou a São Paulo, dedicando-se, tambem, ao magisterio.

Obteve, em 1908, a cadeira de historia universal do Gymnasio de Campinas, após brilhante concurso.

Approvado em concurso, foi, por decreto de 20 de outubro de 1914, nomeado professor extraordinario effectivo da terceira secção da Faculdade de Direito de São Paulo. Tomou posse em 16 de novembro recebendo o grau de doutor.

Por decreto de 1 de junho de 1915, foi designado para substituto de direito civil.

Por decreto de 15 de julho de 1925, foi nomeado professor cathedratico de direito civil, tomando posse da cadeira a 3 de agosto. Pediu, então, exoneração de seu cargo de professor do Gymnasio de Campinas, fixando-se em São Paulo, onde tambem exerce a advocacia.

Obras publicadas:

— *Sobre os effeitos dos contractos bilateraes*. Dissertação de concurso. Typ. da Casa Genoud. Campinas, 1914.

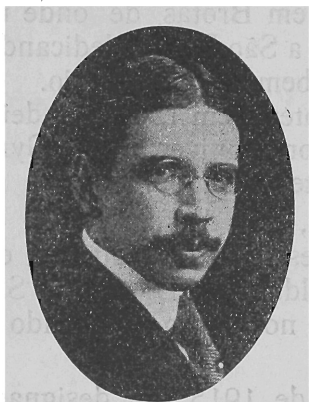
— *Sobre o computo e a deducção da quarta Falcidia nos casos de substituição vulgar e pupillar* Direito romano. Dissertação de concurso. Typographia Brasil. São Paulo, 1914.

— *Ensaio sobre os actos juridicos*. Typ. da Casa Genoud. Campinas, 1913.

---

#### 84. DR. JOSÉ DE ALCANTARA MACHADO D'OLIVEIRA.

Nasceu em Piracicaba, provincia de São Paulo, aos 19 de outubro de 1875, filho do professor Dr. Brasílio Augusto Machado d'Oliveira (Barão de Brasílio Machado) e de D. Maria Leopoldina de Souza Machado d'Oliveira.



*Dr. José de Alcantara Machado  
d'Oliveira*

Fez os seus primeiros estudos na Escola Neutralidade, dirigida pelo grande educador Dr. João Kopke, iniciando os seus preparatorios em 1887. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1890 e recebeu o grau de bacharel em 30 de abril de 1893.

Approvedo em concurso, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito, e substituto da sexta secção, por decreto de 4 de setembro de 1895, tomando posse no dia 16, em que recebeu o grau de doutor. Contava, então dezenove annos, dez mezes e quinze dias de idade. Foi transferido para a terceira secção por decreto de 7 de fevereiro de 1896 e, depois, para a quarta, por decreto de 12 de janeiro de 1901, sendo designado professor extraordinario effectivo da sexta secção por decreto de 19 de abril de 1911.

Pela resolução de 1 de junho de 1915, foi declarado professor substituto de medicina publica.

Em 1905, foi eleito deputado estadual e, depois, senador estadual, mandato que ainda exerce. Também foi vereador.

Por decreto de 18 de agosto de 1925, foi nomeado professor cathedratico de medicina publica e tomou posse a 18 de setembro, substituindo o Dr. Antonio Amancio Pereira de Carvalho, posto em disponibilidade.

Por decreto de 20 de junho de 1927, foi nomeado vice-director da Faculdade de Direito, tomando posse em 15 do mesmo mez.

Membro fundador, e presidente, da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, faz parte, também, da comissão encarregada de elaborar o projecto do código do processo civil e commercial do Estado de São Paulo.

Obras publicadas:

— *Momento da formação dos contractos por correspondencia.*

— *A embriaguez e a responsabilidade criminal.*

— *O hypnotismo.*

— *A deformidade nas lesões pessoas.*

— *Suicidios em São Paulo.*

— *Quatro discursos.*

— *Problemas municipaes.*

— *Allocuções.*

— *Os honorarios medicos na legislação, na doutrina e na jurisprudencia brasileiras.* A segunda edição, muito augmentada, é edição da Casa Mayença. São Paulo, 1922.

---



## 85. DR. SPENCER VAMPRE'.

Paulista, de Limeira, onde nasceu, aos 24 de abril de de 1888, filho do Dr. Fabricio Vampré e de D. Mathilde Rodrigues de Andrade Vampré, fez os seus primeiros estudos



*Dr. Spencer Vampré*

em Rio Claro, na pequena escola do largo da Santa Cruz, dirigida pelas Irmãs Dagama, senhoras norte americanas. Frequentou, tambem, as aulas do professor João Aranha. Passando-se para S. Paulo, estudou no Collegio Inglez e completou os preparatorios no Instituto de Sciencias e Letras, fazendo exames no Curso Annexo á Faculdade de Direito, na qual se matriculou em 1904. Bacharelou-se em em 1924.

Tendo sido approved em concurso, foi nomeado professor substituto da primeira secção, por decreto de 17 de outubro de 1917 Tomou posse em 31 do mesmo mez, quando recebeu o grau de doutor.

Por decreto de 11 de novembro de 1925, foi nomeado professor cathedratico de direito romano, em substituição ao Dr. Reynaldo Porchat, posto em disponibilidade. Empossou-se em 24 de novembro do, mesmo anno.

Dedicou-se, ultimamente, á politica, tendo sido nomeado sub prefeito do districto da Lapa, em São Paulo, vereador e deputado estadual.

Advogado, jornalista, conferencista, jurisconsulto, é de uma capacidade de trabalho invejavel, a que um formoso talento empresta maior realce. A sua obra, como jurista, como professor e como historiador, para não falar na do advogado, é já vultosa, e justifica o seu renome.

Obras publicadas:

— *Das sociedades anonymas*. Pocaí Weiss & Cia., editores. São Paulo, 1914.

— *O caso fortuito nos accidentes pessoas de transportes*. Dissertação de concurso. Typ. Amendola & Ferraz. São Paulo, 1914.

— *Institutas do Imperador Justiniano, traduzidas e comparadas com o direito civil brasileiro*. Livraria Magalhães. São Paulo, 1916.

— *O que é o código civil*. Livraria Magalhães. São Paulo 1917.

— *Código civil brasileiro anotado á luz dos documentos parlamentares e da doutrina*. Parte geral. Livraria Magalhães. São Paulo 1917.

— *Da lesão enorme e do sujeito de direito*. Dissertações de concurso. Livraria Magalhães. São Paulo, 1918.

— *Interpretação do código civil*. Com prefacio de Clovis Bevilacqua. Livraria Magalhães. São Paulo.

— *Guia fiscal das sociedades anonymas* (de collaboração com Manuel Ayres) São Paulo, 1919.

— *Manual do direito civil brasileiro*. 3 vols. F. Briguet & Cia. Rio de Janeiro, 1920.

— *O latim em dez lições* (Introdução ao estudo do *Corpus Juris*, destinada aos advogados e estudantes de direito). Jacintho Ribeiro dos Santos, editor. Rio de Janeiro, 1921.

— *Tratado elementar de Direito Commercial*. 3 vols. F. Briguet & Cia. Rio de Janeiro, 1922.

— *Memorias para a historia da Academia de São Paulo*. 2 vols. Livraria Academica, Saraiva & Cia., editores. São Paulo, 1924.

— *Repertorio Geral de Jurisprudencia, Doutrina e Legislação*. Obra em 60 volumes, em curso de publicação, da qual já saíram varios volumes. Livraria Academica. Saraiva & Cia., editores. São Paulo.

1927

86. DR. ANTONIO DE SAMPAIO DORIA.

Nasceu em Monte Bello, provincia de Alagôas, aos 25 de março de 1883, filho do major Candido Soares de Mello Doria e de D. Christina Leite Sampaio Doria.



*Dr. Antonio de Sampaio Doria*

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1904, dedicando-se ao magisterio particular. Foi, por muitos annos, professor no Gymnasio Macedo Soares. Bacharelou-se em 10 de dezembro de 1908.

Formado, abriu escriptorio de advocacia, continuando no magisterio, vindo a ser vice-director do externato do Gymnasio Macedo Soares. Obteve, em brilhantissimo concurso, a cadeira de psychologia na Escola Normal de São Paulo.

Director geral da Instrucção Publica do Estado de São Paulo, na presidencia Washington Luis, fez a reforma da instrucção publica, mas pouco tempo depois demittiu-se.

Dirigiu, algum tempo, como director-superintendente, o Banco de São Paulo.

Tendo sido approvedo em concurso para substituto da segunda secção da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1919, foi nomeado livre docente de direito publico e constitucional e de direito internacional publico e privado; e, aberta a vaga de professor cathedratice de direito publico e constitucional, pelo ter sido posto em disponibilidade o Dr. Herculano de Freitas, inscreveu-se e obteve o primeiro lugar. Indicado, foi nomeado pelo decreto de 8 de fevereiro de 1927. Tomou posse em 16 do mesmo mez,

quando recebeu o grau de doutor. Fez parte do conselho superior do Lyceu Franco Brasileiro e é presidente da Sociedade Lyceu Nacional Limitada, que explora o Lyceu Nacional Rio Branco, grande estabelecimento de ensino secundario.

Foi um dos fundadores e um dos principaes obreiros da Liga Nacionalista de São Paulo.

Obras publicadas:

— *Ensaio*, contendo a prelecção que sobre a mocidade e o character fez na Escola Normal de São Paulo, no concurso para a cadeira de psychologia, pedagogia e educação civica. Pocaí, Weiss & Cia., editores. S. Paulo, 1915.

— *O que o cidadão deve saber*. Manual de educação civica, publicação da Liga Nacionalista. — Olegario Ribeiro & Cia., editores. São Paulo, 1919.

— *Problemas de Direito Publico*. Theses de concurso, Typ. Piratininga. São Paulo, 1919.

— *A Questão Social*. Monteiro Lobato & Cia. São Paulo, 1922.

— *Questões de Ensino*.

— *O Espirito das Democracias*. Comp. Graphico-Editora Monteiro Lobato. São Paulo, 1924.

— *Principios constitucionaes*. São Paulo Editora Ltda. São Paulo, 1926.

— *Psychologia*. Summario de lições professadas na Escola Normal de São Paulo. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo Editora Ltda., 1928.

— *Como se ensina*.

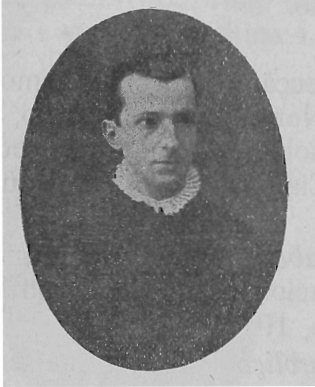
— *Como se aprende a lingua*. 3 vol.

— Educação moral.

---

### 87. DR. VICENTE RÁO.

Filho de Nunciato Ráo, nasceu em São Paulo, aos 16 de junho de 1892. Bacharel em sciencias e letras pelo Gymnasio de Nossa Senhora do Carmo, de São Paulo, recebeu o grau em 22 de dezembro de 1907. Matriculado no primeiro anno da Faculdade de Direito, em 1908, concluiu o curso academico e recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 16 de dezembro de 1912.



Dr. Vicente Ráo

Dedicou-se á advocacia e ao jornalismo, sendo um dos redactores do *Jornal do Commercio*, de São Paulo, e director do *São Paulo Jornal*, na sua primeira phase, em 1926.

Approvado em concurso, foi nomeado professor cathedratico de direito civil, por decreto de 4 de julho de 1927. Tomou posse do cargo no dia 15 do mesmo mez, em que recebeu o grau de doutor em direito.

Obras publicadas:

— *Da capacidade civil da mulher casada*. Saraiva & Cia., editores. São Paulo, 1922.

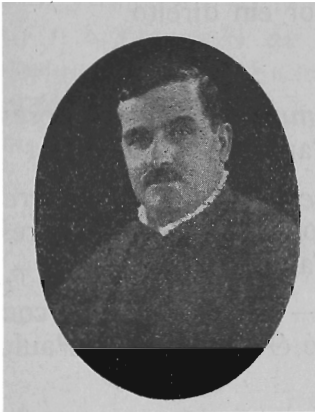
— *O codigo civil amplia a posse aos direitos pessoas?* Dissertação de concurso. São Paulo, 1926.

— *Direitos da mulher casada sobre o producto do seu trabalho*. Dissertação de concurso. — São Paulo, 1926.

---

## 88. DR. WALDEMAR MARTINS FERREIRA.

Natural de Bragança, provincia de São Paulo. Nasceu aos 2 de dezembro de 1885, filho de João C. Martins Ferreira e de D. Petronilha de Oliveira Ferreira. Fez



*Dr. Waldemar Martins Ferreira*

em sua terra natal os seus estudos primarios. Matriculou-se no Gymnasio Nogueira da Gama, em Jacarehy, em 19 de janeiro de 1899. Recebeu o grau de bacharel em sciencias e letras, em 20 de fevereiro de 1904, matriculando-se, nesse mesmo anno, na Faculdade de Direito de São Paulo. A sua turma, da qual foi o orador, foi a primeira que aquelle gymnasio produziu.

No primeiro anno academico, dirigiu o jornal *O Santelmo*, do qual se publicaram alguns numeros.

Recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes aos 2 de dezembro de 1908, passando a advogar em Bragança. Logo depois contraiu nupcias com D. Wanda Ribeiro Ferreira e passou a advogar nesta capital. Foi um dos fundadores da Liga Nacionalista de São Paulo, do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo; e, tambem, do Partido Democratico, do qual é um dos directores.

Em 1920, foi unanimemente approvedo no concurso para o cargo de professor substituto de direito commercial da Faculdade de Direito de São Paulo. Por portaria de 6 de maio de 1925, foi nomeado livre docente da mesma cadeira. Tomou posse em 8 daquelle mez, entrando logo

em exercicio, por licença do cathedratico Dr. Octavio Mendes. No anno seguinte, assumiu, tambem, a regencia da cadeira do Dr. Frederico Steidel, por fallecimento deste. E nella ainda se encontra, pois, aberto o concurso para a vaga destê professor cathedratico, foi o unico que se inscreveu, sendo nomeado por decreto de 24 de outubro de 1927. Empossado em 3 de novembro de 1927, nesse mesmo dia recebeu o grau de doutor em direito.

Obras publicadas:

— *Estudos de Direito Commercial.* — Editores, Olegario Ribeiro & Cia. — São Paulo, 1919.

— *Os credores privilegiados e o direito de requerer a fallencia.* — Dissertação de concurso. — Editores, Olegario Ribeiro & Cia. — São Paulo, 1919.

— *O menor commerciante.* — Dissertação de concurso. — Editores, Olegario Ribeiro & Cia. — São Paulo, 1919.

— *A hypotheca naval no Brasil.* — Dissertação de concurso. — Olegario Ribeiro & Cia., editores. — São Paulo, 1919.

— *Manual do commerciante.* — 1.<sup>a</sup> edição: Olegario Ribeiro & Cia., editores. São Paulo, 1919. — 2.<sup>a</sup> edição: Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato, editora. São Paulo, 1925.

— *Sociedades por quotas.* — 5.<sup>a</sup> edição revista e augmentada. Editora, Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato. São Paulo, 1925.

— *Curso de Direito Commercial.* Prelecções feitas na Faculdade de Direito de São Paulo. Editores, Salles Oliveira, Rocha & Cia. Typographia Siqueira. S. Paulo, 1927.

1.<sup>o</sup> vol. — Parte Geral. Do commerciante e seus auxiliares.

2.<sup>o</sup> vol. — Da fallência e da concordata preventiva.

— *Sociedades commerciaes irregulares.* — Dissertação de concurso. Editora, São Paulo Editora Limitada. — São Paulo, 1927.

— *Da reponsabilidade civil da massa fallida por culpa de seus representantes.* — Dissertação de concurso. — Editora, São Paulo Editora Limitada. — São Paulo, 1927.

— *Questões de Direito Commercial.* — Pareceres. Primeira serie. Salles Oliveira, Rocha & Cia., editores. São Paulo, 1928.

---